

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262N8-043-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	20

Relatório da administração

Mensagem da Administração

1. Visão Geral de 2025

O ano de 2025 marcou a constituição da Tupi Energias Renováveis S.A. (“Tupi” ou “Companhia”) como holding dedicada à geração de energia eólica no Brasil. A partir de março, a Companhia passou a consolidar os complexos eólicos Icaraí, Taíba, Amontada e Riachão, anteriormente pertencentes ao mesmo grupo econômico, no contexto de uma reorganização societária concluída em junho. O ano foi, portanto, caracterizado por duas dimensões simultâneas: a estruturação societária e financeira da nova holding e a gestão operacional de ativos maduros em um ambiente regulatório e sistêmico mais desafiador.

A Tupi nasce com ativos em plena operação comercial, contratos de longo prazo de energia com PPA robusto e geração recorrente de caixa, compartilhando os valores do grupo Ibitu: disciplina financeira, excelência operacional, governança estruturada e compromisso com a transição energética. Ao longo de 2025, a Administração concentrou esforços na estabilização da estrutura societária, no fortalecimento da liquidez, no alongamento do perfil da dívida e na adaptação do modelo operacional a um cenário de maior incidência de *curtailment* (restrições operativas na geração de energia impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS) no subsistema Nordeste.

2. Desempenho Operacional e Comercial

No período de dez meses, de março a dezembro de 2025, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 352 milhões e margem comercial de R\$ 223 milhões, sendo que no 4º trimestre, onde os ventos são mais fortes, o resultado foi de R\$ 91 milhões. O desempenho refletiu, de um lado, a solidez estrutural dos contratos e da base operacional dos ativos e, de outro, os efeitos adversos do menor volume gerado e da necessidade de compra de energia para cumprimento de obrigações contratuais.

A margem comercial foi impactada não apenas pelo volume, mas também por movimentos relativos de preços entre submercados, exigindo atuação ativa na gestão de risco e no uso de instrumentos de proteção. Ainda assim, os ativos demonstraram capacidade de absorção de parte dos efeitos negativos, sustentados por contratos de longo prazo e por disciplina comercial.

No âmbito dos custos, o PMSO totalizou R\$ 60 milhões no período. Esse montante já reflete iniciativas de racionalização implementadas ao longo do ano, incluindo revisão de contratos, terceirização do Centro de Operações Integrado, renegociação de serviços técnicos especializados e revisão dos times dedicados aos ativos. Estas medidas contribuíram para mitigar parte dos impactos decorrentes da redução de geração e reforçaram o compromisso com a eficiência operacional.

O EBITDA atingiu R\$ 140,5 milhões e o EBITDA Ajustado, R\$ 193 milhões, desconsiderando os valores de *curtailment* e efeitos positivos não recorrentes de indenizações no valor de R\$ 13,1 milhões. Se considerarmos o EBITDA Proforma de 12 meses, a Tupi atinge R\$ 152,8 milhões e o EBITDA Ajustado Proforma R\$ 211,2 milhões.

A Companhia apresentou fluxo de caixa líquido originado dos ativos de R\$ 165 milhões, e encerrou o ano com liquidez de caixa sólida de R\$ 113 milhões.

3. Contexto Operacional e Ambiente de Mercado

O setor elétrico brasileiro, especialmente na região Nordeste, registrou, em 2025, um aumento significativo na incidência de *curtailment*. A combinação entre expansão acelerada de fontes renováveis, crescimento da geração distribuída e limitações na infraestrutura de transmissão resultou em maior frequência de cortes compulsórios de geração, para preservar a segurança e o equilíbrio do Sistema Interligado Nacional.

Nesse contexto, entre março e dezembro de 2025, período correspondente à consolidação dos ativos no perímetro da Tupi, os complexos eólicos registraram geração de 609,7 GWh, em comparação com 720,9 GWh no mesmo período de 2024. A redução decorreu principalmente das restrições sistêmicas e não de indisponibilidades técnicas relevantes dos ativos. A Companhia manteve plena aderência às determinações do ONS.

A Companhia registrou impacto estimado de R\$ 67,7 milhões na receita decorrente de *curtailment*, afetando aproximadamente 239 mil MWh.

O tema ganhou mais relevância setorial com a edição da Lei no 15.269/2025. Em novembro de 2025, foi sancionada legislação que introduz diretrizes relativas à compensação por restrições operativas de geração, representando um avanço institucional relevante para o setor. No entanto, a operacionalização prática de ressarcimentos e compensação dependem de regulamentações complementares e definições metodológicas por parte das autoridades competentes.

Diante da incerteza quanto ao momento e ao montante efetivo de eventuais ressarcimentos decorrentes do *curtailment* ocorrido entre setembro de 2023 e novembro de 2025, a Administração adotou postura prudencial e optou por não reconhecer contabilmente tais expectativas até que haja maior clareza regulatória.

4. Estrutura de capital

O ano de 2025 também foi marcado pela revisão da estrutura de capital no perímetro da Tupi. Em abril de 2025, as investidas “SPEs” que compõem os Complexos eólicos da Tupi, possuíam financiamentos tomados junto ao BNDES entre os anos de 2014 e 2015, cuja alavancagem somava R\$ 763 milhões nas respectivas datas de celebração, com saldo devedor de R\$ 290 milhões, e prazo médio de 3,5 anos. Com o objetivo de alongar o perfil da dívida e recompor a estrutura de capital, a Tupi realizou uma emissão de debêntures no valor de R\$ 820 milhões, cujos recursos foram parcialmente utilizados para pré-pagamento dos financiamentos tomados pelas SPEs, melhora no capital de giro, e remessa de recursos para sua controladora. O prazo médio da dívida passou para 7,7 anos.

5. Perspectivas

Para 2026, a Companhia pretende consolidar os ganhos de eficiência alcançados em 2025, aprofundar o aprimoramento da gestão de riscos comerciais e acompanhar a evolução regulatória relacionada ao *curtailment* para a definição dos valores a serem reembolsados. A expectativa é que avanços na infraestrutura de transmissão e maior clareza normativa contribuam para reduzir a volatilidade operacional no médio prazo.

A Tupi encerra seu primeiro ano como holding operacional com base societária estabilizada, estrutura de capital com prazo de dívida alongado e ativos maduros capazes de gerar caixa recorrente, ainda que sujeitos a variáveis sistêmicas do setor elétrico. A Administração permanece comprometida com a disciplina financeira, a governança transparente e a criação sustentável de valor para acionistas, credores e demais *stakeholders*.

A Administração agradece a dedicação de seus colaboradores e a confiança de investidores e parceiros institucionais, reafirmando seu compromisso com a excelência operacional e com a contribuição efetiva para a matriz energética renovável do Brasil.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Tupi Energias Renováveis S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tupi Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tupi Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicadas às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação de informações comparativas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 1º de janeiro de 2025, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior para fins comparativos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Receita operacional (Nota Explicativa nº 22)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram receitas operacionais de venda de energia no montante de R\$ 351.864 mil no consolidado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As receitas das controladas da Companhia são provenientes da venda da geração de energia e são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O reconhecimento da receita é realizado quando os serviços são transferidos para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito em troca destes serviços.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida, sem a transferência dos riscos e benefícios para o cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- i)** Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e de suas controladas e do desenho dos controles internos relevantes no reconhecimento das receitas de venda de energia;
- ii)** Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos às receitas de venda de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia comercializado, bem como o exercício de suprimento. Conferimos os procedimentos e as contabilizações do corte da receita na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- iii)** Realização de procedimentos de teste, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de venda de energia; e
- iv)** Efetuamos testes, em base amostral, dos recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos realizados, consideramos que o reconhecimento da receita de venda de energia está consistente, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

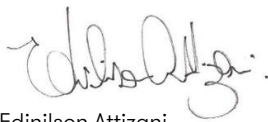
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Tupi Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	Controladora 2025	Consolidado 2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.087	113.313
Contas a receber de clientes	5	-	32.013
Conta ressarcimento de energia a receber - CCEE	7	-	163
Adiantamentos a fornecedores		-	791
Impostos e contribuições a recuperar		642	644
Estoque de peças para manutenção da usina		-	2.817
Despesas pagas antecipadamente		-	497
Dividendos a receber	14	13.513	-
Partes relacionadas	14	44.901	-
Total do ativo circulante		60.143	150.238
Ativo não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	6	67.697	67.697
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	7	-	548
Partes relacionadas	14	-	9.061
		67.697	77.306
Investimentos	8	757.877	-
Imobilizado	9	-	826.728
Intangível	10	107.867	136.722
Ativo de direito de uso	15	-	45.621
		865.744	1.009.071
Total do ativo não circulante		933.441	1.086.377
Total do ativo		993.584	1.236.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora 2025	Consolidado 2025
Passivo circulante			
Fornecedores	11	41	37.059
Empréstimos e financiamentos	12	-	292
Debêntures	13	36.521	36.521
Impostos e contribuições a recolher	18	39	2.187
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	-	4.787
Dividendos a pagar	19 (b)	-	23.122
Partes relacionadas	14	13.048	13.048
Arrendamentos	15	-	5.155
Licenças ambientais de instalação e operação	17	-	1.593
Total do passivo circulante		49.649	123.764
Passivo não circulante			
Fornecedores	11	-	2.875
Empréstimos e financiamentos	12	-	602
Debêntures	13	788.492	788.492
Conta ressarcimento de energia a pagar – CCEE	7	-	104.478
Impostos diferidos – ICMS		-	487
Arrendamentos	15	-	46.316
Licenças ambientais de instalação e operação	17	-	2.085
Provisões para contingências	30	-	6.621
Provisão para desmantelamento	16	-	5.452
Total do passivo não circulante		788.492	957.408
Patrimônio líquido			
Capital social	19	217.436	217.436
Reservas de lucros		(61.993)	(61.993)
Total do patrimônio líquido		155.443	155.443
Total do passivo e do patrimônio líquido		993.584	1.236.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora	Consolidado
	Notas	2025	2025
Receita operacional líquida	22	-	351.864
Custos dos serviços		-	(280.619)
Custos de operação	23	-	(57.160)
Depreciação do imobilizado	9	-	(56.419)
Depreciação do ativo de direito de uso	15	-	(2.001)
Amortização do intangível	10	-	(2.167)
Compra de energia elétrica	24	-	(143.052)
Encargos de uso da rede elétrica	25	-	(19.820)
Lucro bruto		-	71.245
Receitas (despesas) operacionais		52.372	3.998
Serviços de terceiros	26	(11)	(2.840)
Despesas administrativas	27	-	(387)
Despesas de viagem		-	(810)
Depreciação do imobilizado	9	-	(15)
Imposto e taxas		-	(171)
Outras despesas operacionais		-	(170)
Amortização intangível aquisição de projetos	10	(4.657)	(4.657)
Ganho de indenização em discussão arbitral	30	-	13.048
Resultado de equivalência patrimonial	8	57.040	-
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		52.372	75.243
Resultado financeiro	28	(86.097)	(92.989)
Receitas financeiras		4.722	17.540
Despesas financeiras		(90.819)	(110.529)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(33.725)	(17.746)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	29	-	(15.979)
Prejuízo do exercício proveniente das operações em continuidade		(33.725)	(33.725)
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	1.2.4	(28.268)	(28.268)
Prejuízo do exercício		(61.993)	(61.993)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Operações em continuidade	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Prejuízo do exercício - operações continuadas	(33.725)	(33.725)
Prejuízo do exercício - operações descontinuadas	(28.268)	(28.268)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(61.993)	(61.993)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital realizado	(-) Capital a integralizar			
Em 1º de janeiro de 2025		-	-	-	-	-
Constituição da companhia em 01.01.2025		100	(100)	-	-	-
Integralização de capital social	19	-	100	-	-	100
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	19	-	-	326	-	326
Aumento de capital social com AFAC	19	326	-	(326)	-	-
Aumento de capital com investimento Ibitu Renováveis	19	1.412.784	-	-	-	1.412.784
Redução de capital social	19	(647.725)	-	-	-	(647.725)
Cisão do investimento em Ibitu Renováveis	19	(548.049)	-	-	-	(548.049)
Prejuízo de exercício - operações continuadas		-	-	-	(33.725)	(33.725)
Prejuízo do exercício - operações descontinuadas	1.2	-	-	-	(28.268)	(28.268)
Em 31 de dezembro de 2025		217.436	-	-	(61.993)	155.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2025	Consolidado 2025
Atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade		(33.725)	(17.746)
Ajuste para reconciliar o prejuízo antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	9	-	56.434
Depreciação do ativo de direito de uso	15	-	2.001
Amortização do intangível	10	4.657	6.824
Juros sobre debêntures	13-28	26.429	26.429
Apropriação de custos sobre debêntures	13-28	982	982
Atualização financeira sobre debêntures	13-28	63.163	63.163
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12-28	-	3.089
Apropriação de custos sobre empréstimos e financiamentos	12-28	-	48
Atualização financeira sobre empréstimos e financiamentos	12-28	-	780
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	16-28	-	1.590
Atualização financeira sobre licença ambiental de operação	17-28	-	96
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	10-28	-	(102)
Atualização financeira sobre ICMS diferido	28	-	36
Ajuste a valor presente – provisão para desmantelamento	16-28	-	(1.666)
Ajuste a valor presente – passivo de arrendamentos	15-28	-	7.312
Ajuste a valor presente – passivo de licença ambiental de operação	17-28	-	221
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	28	-	(109)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(57.040)	-
		4.466	149.382
(Aumento) redução de ativos			
Contas a receber de clientes		-	(4.679)
Contas ressarcimento energia a receber – CCEE		-	(357)
Estoque de peças para manutenção das usinas		-	921
Impostos e contribuições a recuperar		(642)	(3.635)
Adiantamentos a fornecedores		-	(17)
Despesas pagas antecipadamente		-	(292)
Partes relacionadas		-	(4.895)
		(642)	(12.954)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		40	16.228
Impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social a pagar		39	3.114
Contas ressarcimento de energia a pagar – CCEE		-	41.269
		79	60.611
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.903	197.039

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora	Consolidado
	Notas	2025	2025
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(9.488)
(-) Juros pagos de empréstimos e financiamentos	12	-	(3.791)
(-) Juros pagos de debêntures	13	(18.763)	(18.763)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais e operações continuadas		(14.860)	164.997
Atividades de investimento			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)		(67.697)	21.051
Aquisição de ativo imobilizado	9	-	(14.638)
Aquisição de ativo intangível	10	-	(50)
Aquisição de participação na Ibitu Renováveis	33	-	80.343
Aumento de capital em investidas		(246.045)	-
Redução de capital investidas		111.061	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(202.681)	86.706
Atividades de financiamento			
Captação de debêntures	13	820.000	820.000
Custo de captação de debêntures	13	(19.659)	(19.659)
Dividendos pagos para controladoras diretas cindidas	19 (b)	-	(55.026)
Pagamento de passivo de arrendamentos	15	-	(4.933)
Pagamento de licença ambiental de operação e instalação	17	-	(946)
Aumento de capital		426	426
Redução de capital	14	(535.000)	(535.000)
Pagamento de debêntures - principal	13	(47.139)	(47.139)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	-	(296.113)
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		218.628	(138.390)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		1.087	113.313
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro			
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.087	113.313
Variação em caixa e equivalentes de caixa		1.087	113.313

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora	Consolidado
	Notas	2025	2025
Atividades continuadas			
Receitas		-	379.298
Vendas de energia	22	-	366.473
Outras receitas		-	12.825
Insumos adquiridos de terceiros		(11)	(207.853)
Energia elétrica comprada para revenda	24	-	(143.052)
Encargos sobre uso da rede elétrica	25	-	(19.820)
Materiais, serviços e outros		(11)	(44.981)
Valor adicionado bruto		(11)	171.445
Depreciação e amortização		(4.657)	(65.259)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(4.668)	106.186
Valor adicionado recebido em transferência		61.762	15.399
Resultado de equivalência patrimonial de operações continuadas	8	57.040	-
Receitas financeiras		4.722	15.399
Valor adicionado total a distribuir		57.094	121.585
Distribuição do valor adicionado		57.094	121.585
Pessoal		-	15.413
Remuneração direta		-	15.282
Benefícios		-	131
Impostos, taxas e contribuições		-	30.170
Federais		-	29.967
Estaduais		-	36
Municipais		-	167
Encargos setoriais	22	-	1.233
Remuneração de capital de terceiros		90.819	108.494
Juros		90.698	101.506
Aluguéis		-	710
Outras		121	6.278
Remuneração de capitais próprios		(33.725)	(33.725)
Prejuízo do exercício de operações continuadas		(33.725)	(33.725)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tupi Energias Renováveis S.A. (“Tupi” ou “Companhia”, ou ainda “Grupo Ibitu” quando se referir à Companhia, sua controlada Ibitu Energia S.A. (“Ibitu Energia”) e suas controladas) é uma sociedade anônima de capital aberto, desde 29 de outubro de 2025, nos termos da Resolução CVM 80/22, categoria “B” e foi constituída em 1ª de janeiro de 2025, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12ª andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social **(a)** a participação societária nas sociedades de propósito específico responsáveis pelo desenvolvimento e operação dos Parques Eólicos Amontada, Icarai, Riachão e Taíba, as quais atuam, direta ou indiretamente **(a.i)** no setor de energia; **(a.ii)** na realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica e de redes de transmissão de energia elétrica; **(a.iii)** em concessão de serviços públicos na área de energia; na exploração de aproveitamentos de potencial de energia; **(a.iv)** na realização de serviços e atividades pertinentes e compatíveis com a prestação de serviços energéticos; **(a.v)** na geração, produção, comercialização, transmissão, distribuição de energia elétrica, inclusive todas as etapas intermediárias, assim como a operação e manutenção de tais sistemas, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma permitida na legislação aplicável; **(b)** a atuação direta nas atividades mencionadas no item (a); **(c)** a participação em procedimentos concorrenciais, licitações ou certames, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades ou pessoas, visando a execução das atividades acima mencionadas.

A Companhia é controlada pela Ibitu Energia, que, por sua vez, é controlada pelo Fundo de Investimento Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP ASTRA”).

Em 17 de março de 2025, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do seu capital social, por meio da qual a Ibitu Energia transferiu para a Companhia as suas ações na Ibitu Energias Renováveis S.A. (“Ibitu Renováveis”), convertendo em capital social da Companhia o valor do acervo líquido da Ibitu Renováveis, avaliado pelo valor contábil, nos termos dos artigos 183 e 184 da Lei Federal nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), com base no Balanço Patrimonial da Ibitu Renováveis levantados em 28 de fevereiro de 2025, correspondente ao montante de R\$1.412.783.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e um reais). Dessa forma, a Companhia passou a consolidar os resultados da Ibitu Renováveis e suas controladas a partir de 1ª de março de 2025. Nesse mesmo ato, foi aprovada a conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital em Capital Social da Companhia no montante de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), totalizando, portanto, neste ato, um aumento de capital social de R\$1.412.999.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, novecentos e noventa e nove reais mil e setecentos e vinte e um reais).

Da estrutura societária transferida para a Companhia, apenas as empresas operacionais destacadas adiante (Nota Explicativa nº 1.1) permaneceram como investimentos da Companhia, motivo pelo qual, estas empresas estão sendo tratadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como parte das atividades continuadas. As demais empresas (Nota Explicativa nº 1.2), seguiram a Ibitu Renováveis, que foi transferida para a Ibitu Energia em 30 de junho de 2025 e, dessa forma, estão apresentadas nas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como “Operações descontinuadas”.

a) Reorganização Societária

A Companhia foi constituída com o propósito de controlar determinados ativos operacionais do Grupo Ibitu, em linha com os negócios desenvolvidos pela Ibitu Energia. Nesse contexto, em 30 de junho de 2025, foi concluída uma reorganização societária no Grupo Ibitu, por meio da qual a Companhia passou a deter diversos complexos eólicos, quais sejam, as operações em continuidade identificadas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Tais complexos reúnem, em uma mesma região geográfica do Brasil, múltiplas usinas de geração de energia eólica que compartilham infraestrutura, sendo operadas de forma integrada. Cada complexo, por sua vez, é composto por sociedades de propósito específico (SPEs), entidades jurídicas individualizadas responsáveis pela titularidade dos ativos e pela condução operacional de cada uma das usinas que o integram.

O objetivo dessa operação foi racionalizar e simplificar a estrutura societária do Grupo Ibitu, trazendo benefícios de ordem administrativa, operacional, econômica e financeira.

Atualmente, os ativos da Companhia estão organizados da seguinte maneira:

i) Complexo Eólico Icarai:

- Central Geradora Eólica Icarai I S.A. (“SPE Icarai I”);
- Central Geradora Eólica Icarai II S.A. (“SPE Icarai II” e, em conjunto com a SPE Icarai I, as “SPEs Icarai”).

ii) Complexo Eólico Taiba:

- Central Geradora Eólica Taiba Agua S.A. (“SPE Agua”);
- Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A. (“SPE Andorinha”);
- Central Geradora Eólica Colônia S.A. (“SPE Colônia” e, em conjunto com a SPE Agua e, SPE Andorinha, as “SPEs Taiba”).

iii) Complexo Eólico Amontada:

- Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A. (“SPE Ilha Grande”);
- Central Geradora Eólica Palmas S.A. (“SPE Palmas”);
- Central Geradora Eólica Ribeirão S.A. (“SPE Ribeirão” e, em conjunto com a SPE Ilha Grande e, SPE Palmas, as “SPEs Amontada”).

iv) Complexo Eólico Riachão:

- Central Geradora Eólica Acari S.A. (“SPE Acari”);
- Central Geradora Eólica Albuquerque S.A. (“SPE Albuquerque”);
- Central Geradora Eólica Anemoi S.A. (“SPE Anemoi”);
- Central Geradora Eólica Apeliotes S.A. (“SPE Apeliotes”);
- Central Geradora Eólica Arena S.A. (“SPE Arena” e, em conjunto com a SPE Acari, SPE Albuquerque, SPE Anemoi e, SPE Apeliotes, as “SPEs Riachão”, que, em conjunto com as SPEs Icarai, SPEs Taiba e SPEs Amontada, são denominadas as “SPEs em continuidade”).

A Reorganização Societária, aconteceu mediante os seguintes passos:

- **1º Passo:** Em 17 de março de 2025, houve o aporte na Companhia do investimento detido pela Ibitu Energia na Ibitu Energias Renováveis, por meio de aumento do capital social da Companhia. No mesmo ato também houve deliberação de aumento de capital da Companhia mediante conversão de AFAC;
- **2º Passo:** Em 16 de abril de 2025: o Grupo Ibitu realizou aportes sucessivos de parte dos recursos auferidos na Emissão das Debêntures da Companhia (Nota Explicativa nº 13) para que os montantes chegassem ao nível das SPEs;
- **3º Passo:** Também em 16 de abril de 2025, no mesmo ato societário de aporte de capital referido no 2º passo, foi realizado um aumento de capital das SPEs Albuquerque e Arena, que eram partes devedoras no contexto dos mútuos financeiros existentes com Brise, integralizado pela Brise com o crédito por ela detido contra as referidas SPEs em decorrência do mútuo;

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- **4º Passo:** Em 30 de junho de 2025, foi realizada a cisão parcial das SPEs Apeliotes, Acari, Palmas e Anemoi que são partes credoras no contexto dos mútuos financeiros existentes perante a Brise, com a incorporação do acervo cindido (crédito detido contra a Brise) pela própria Brise, havendo, assim, confusão entre crédito e débito;
- **5º Passo:** Realizado em duas datas **(i)** em 09 de maio de 2025, a Ventus foi parcialmente cindida e **(ii)** em 30 de junho de 2025, a Brise foi parcialmente cindida, com, em ambos os casos, incorporação do acervo cindido (investimento nas SPEs Ventus e nas SPEs Brise, respectivamente) pela Ibitu Renováveis;
- **6º Passo:** Em 30 de junho de 2025: A Ibitu Renováveis foi parcialmente cindida com a incorporação do acervo cindido (investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise) pela Companhia;
- **7º Passo:** Em 30 de junho de 2025: Houve cisão parcial da própria Companhia, com a incorporação do acervo cindido – nesse caso, investimento na Ibitu Renováveis –, pela Ibitu Energia. Como resultado dessa movimentação societária, a Companhia detém, atualmente, o investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise. Por esta etapa, o Capital Social da Companhia passou de R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil e setecentos e vinte e um reais), dividido em 878.099.721 (oitocentas e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentas e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No mesmo ato societário, ocorreu também aumento do seu capital social da Companhia em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) mediante conversão de AFAC, com emissão de 110.000 (cento e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.484.637,95 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.484.637 (duzentas e trinta milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas integralmente pela única acionista da Companhia;

- **8º Passo:** Em 30 de junho de 2025: houve a incorporação de Ventus e Brise pela Ibitu Renováveis, de modo que a Ibitu Renováveis é a entidade remanescente, enquanto Ventus e Brise deixaram de existir.

Entidade	Em 17 de março de 2025		A partir de 30 de junho de 2025	
	Participação societária	% participação	Participação societária	% participação
Operações continuadas				
Complexo Icarai (1.1)				
Central Geradora Eólica Icarai I S.A. ("Icarai I")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Icarai II S.A. ("Icarai II")	Indireta	100%	Direta	100%
Complexo Taiba (1.1)				
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A. ("Águia")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A. ("Andorinha")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Colônia S.A. ("Colônia")	Indireta	100%	Direta	100%
Complexo Riachão (1.2)				
Central Geradora Eólica Acari S.A. ("Acari")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A. ("Albuquerque")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Anemoi S.A. ("Anemoi")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A. ("Apeliotes")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Arena S.A. ("Arena")	Indireta	100%	Direta	100%

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Entidade	Em 17 de março de 2025		A partir de 30 de junho de 2025	
	Participação societária	% participação	Participação societária	% participação
Complexo Amontada (1.2)				
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A. ("Ilha Grande")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Palmas S.A. ("Palmas")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A. ("Ribeirão")	Indireta	100%	Direta	100%
Operações descontinuadas				
Ibitu Energias Renováveis	Direta	100%	-	-
Sub-holdings da Ibitu Energias Renováveis:				
Ventus Energias Renováveis S.A. ("Ventus") (Nota Explicativa nº 1.1)	Indireta	100%	-	-
Brise Energias Renováveis S.A. ("Brise") (Nota Explicativa nº 1.1)	Indireta	100%	-	-
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. ("CGER") (Nota Explicativa nº 1.3)	Indireta	100%	-	-
Éolos Energias Renováveis S.A. ("Éolos") (Nota Explicativa nº 1.4)	Indireta	100%	-	-
Caldeirão Grande II Solar S.A. ("CG2") (Nota Explicativa nº 1.5)	Indireta	100%	-	-

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Abertura de capital (categoria “B”)

Em 29 de outubro de 2025, a Companhia obteve autorização da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para abertura de capital na categoria B. O registro foi formalizado sob o número 2794-4 na CVM, nos termos da Resolução CVM nº 80/22, por meio do Processo SEI nº 19957.009958/2025-51.

1.1. Operações continuadas

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas que formam os Complexos de Icaraí, Taíba, Amontada e Riachão encontravam-se em operação comercial.

1.1.1. Complexos Icaraí e Amontada (Contratos de energia de reserva)

(i) As controladas Icaraí I e Icaraí II entraram em operação comercial em 29 de março de 2014, por meio do despacho nº 793 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 28 de março de 2014; e

(ii) As controladas Colônia, Taíba Águia e Taíba Andorinha entraram em operação comercial em 19 de junho de 2014, por meio dos despachos nº 1.897, 1.898 e 1.899, respectivamente, emitidos pela ANEEL em 18 de junho de 2014.

De acordo com Resoluções Autorizativas emitidas pela ANEEL, a operação comercial das unidades geradoras e os contratos de suprimentos possuem os seguintes prazos:

a) Autorização

Eólica	Estado	Complexo eólico	Capacidade Instalada MW (*)	Energia Assegurada MW médios	Autorização		Operação comercial	
					Início	Término	Despacho ANEEL (nº)	Data de entrada em operação
CGE Icaraí I S.A.	Ceará	Icaraí	27,3	13,0	06/10/2010	05/10/2045	793/2014	29/03/2014
CGE Icaraí II S.A.	Ceará	Icaraí	37,8	18,0	31/08/2010	30/08/2045	793/2014	29/03/2014
CGE Taíba Águia S.A.	Ceará	Taíba	23,1	10,5	02/07/2010	01/07/2045	1.898/2014	19/06/2014
CGE Taíba Andorinha S.A.	Ceará	Taíba	14,7	6,6	06/10/2010	05/10/2045	1.899/2014	19/06/2014
CGE Colônia S.A.	Ceará	Taíba	18,9	8,2	08/07/2010	07/07/2045	1.897/2014	19/06/2014

(*) informação não-financeira não auditada.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Contrato de energia de reserva

	Contrato de energia reserva	Resolução autorizativa ANEEL (nº)	Valor total do contrato	Preço - R\$/ MWh	Preço atualizado R\$/ MWh	Data do início de suprimento do CER	Data do final de suprimento do CER
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	92/09	3.223	278.984	142,00	326,65	15/12/2012	30/12/2032
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	76/09	3.222	354.204	142,00	326,65	15/12/2012	30/11/2032
Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.	48/09	3.221	218.051	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	95/09	3.225	252.836	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	84/09	3.224	160.989	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033

Por meio dos contratos acima, as SPEs se comprometem a vender a totalidade da energia gerada para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, aos preços informados, reajustados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os contratos estabelecem um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade equivalente à 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. O ressarcimento por estes desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Adicionalmente, caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, as SPEs terão direito à receita equivalente a 70% da tarifa sobre a quantidade de MWh que exceder aos 130%. Neste caso, a compensação ocorrerá em 24 parcelas mensais e uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.1.2. Complexos Amontada e Riachão (Contratos de energia incentivada)

Entidade	Complexo eólico	Localização do parque	Resolução autorizativa ANEEL	Data de final da autorização	Capacidade de produção instalada – MW (*)
Central Geradora Eólica Acari S.A.	Riachão	RN	3.489/2012	27/06/2045	29,7
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	Riachão	RN	3.490/2012	30/05/2045	27,0
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	Riachão	RN	3.493/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	Riachão	RN	3.491/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Arena S.A.	Riachão	RN	3.492/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	Amontada	CE	3.267/2011	20/08/2044	29,7
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	Amontada	CE	3.273/2011	30/08/2044	24,3
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	Amontada	CE	3.271/2011	25/09/2044	21,6

(*) informação não-financeira não auditada.

a) Autorização

Conforme demonstrado abaixo, estas controladas estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Entidade	Datas de início de suprimento	Data de final de suprimento
Central Geradora Eólica Acari S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	01/01/2015	31/12/2045
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Arena S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	01/01/2014	31/12/2043
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	01/01/2014	31/12/2043
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	01/01/2014	31/12/2043

b) Contrato de energia incentivada

As controladas SPEs dos Complexos de Amontada e Riachão, têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos e, de acordo com o contrato, essas sociedades estão obrigadas a entregarem a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contratos de compra que vierem a ser celebrados com terceiros.

Ao longo do ano, as SPEs dos Complexos Amontada e Riachão compraram energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu para suprir parte do contrato.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Operações descontinuadas

Por meio da capitalização da Ibitu Renováveis na Companhia (1º Passo da Reorganização Societária – Nota Explicativa nº 1 (a)), as entidades a seguir tiveram o seu controle societário indireto transferido para a Companhia em 17 de março de 2025. Contudo, com a Cisão Parcial da Companhia (7º Passo da Reorganização Societária – Nota Explicativa nº 1 (a)), em 30 de junho de 2025, a Ibitu Renováveis passou a ser novamente controlada diretamente pela Ibitu Energia e, levando consigo essas entidades, que, portanto, tiveram seu controle societário indireto transferido para a Ibitu Energia e estão sendo tratadas como Operações descontinuadas nestas demonstrações financeiras:

Operações descontinuadas	
Entidade	Atividade
Ibitu Energias Renováveis S.A.	Holding
Ventus Energias Renováveis S.A.	Holding
Brise Energias Renováveis S.A.	Holding
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (1.2.1)	Holding
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Brite S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	Eólica operacional
Caldeirão Grande II Solar S.A. (1.2.2)	Holding
Central Geradora Solar Florenz S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Nótus S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Japurá S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Lira S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	Solar operacional
Éolos Energias Renováveis S.A. (1.2.3)	Holding
Central Geradora Solar Siroco Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tamisa Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tatajuba Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tijuca Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Arco Verde Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Alcântara Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Novo Horizonte Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Pedras Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Potengi Ltda.	Projeto descontinuado
Central Geradora Solar Ibitu 1 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 2 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 3 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Ipanema Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Mundaú Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Murujuba Ltda.	Em desenvolvimento

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Operações descontinuadas	
Entidade	Atividade
Central Eólica Venâncio Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Vergueiro Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 1 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 2 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 3 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 4 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 5 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 6 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 7 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 8 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 9 Ltda.	Em desenvolvimento
Eólica Picuí 2 - Geradora de Energia Ltda.	Projeto descontinuado
Eólica Picuí 5 - Geradora de Energia Ltda.	Projeto descontinuado
Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda.	Projeto descontinuado

1.2.1. Controladas da Caldeirão Grande I

A Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. ("CGER") é proprietária da totalidade das ações das sociedades identificadas adiante, todas de propósito específico para a implantação e operação de centrais eólicas, que com compõem o Complexo Eólico de Caldeirão I, localizadas no estado do Piauí, que se encontram em operação comercial conforme indicado a seguir:

Entidade	Resolução autorizativa ANEEL	Data de início da autorização	Data final da autorização	Capacidade de produção instalada - MW (*)
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	4.398/2013	05/08/2016	05/07/2046	29,7
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	4.397/2013	26/05/2017	26/05/2047	29,7
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	4.396/2013	28/07/2017 e 11/08/2017	28/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	4.399/2013	19/07/2017 e 18/08/2017	19/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Brite S.A.	4.390/2013	24/06/2017 e 09/09/2017	24/06/2047	29,7
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	4.395/2013	19/07/2017 e 31/08/2017	19/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	4.394/2013	18/08/2017	18/08/2047	29,7

* Capacidade instalada segundo a outorga de 29,7MW, no entanto, a capacidade efetiva para esse empreendimento é de 10,8MW (*).

(*) informação não-financeira não auditada.

a) Autorização

Conforme demonstrado adiante, estas SPEs do Complexo Eólico Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada realizado por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada da Éolos, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Entidade	Data de início de suprimento	Data de final de suprimento
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Brite S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	01/01/2016	31/12/2035

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Contrato de energia incentivada

As SPEs do Complexo de Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, de acordo com o contrato, essas companhias estão obrigadas a entregar a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contratos de compra que vier a ser celebrado com terceiros. No exercício, as SPEs do Complexo de Caldeirão I compraram energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu para suprir parte do contrato.

1.2.2. Controladas da Caldeirão Grande II Solar

A Caldeirão Grande 2 Solar S.A. ("CG2") é proprietária da totalidade das ações das sociedades identificadas adiante, todas de propósito específico para a implantação e operação de centrais solares que compõem o Complexo Solar de Caldeirão II, localizadas no estado do Piauí, e que entraram em operação comercial, conforme datas indicadas a seguir:

Entidade	Data do início da operação comercial	Data do término da operação
Central Geradora Solar Florenz S.A.	17/11/2022	20/07/2044
Central Geradora Solar Nótus S.A.	04/11/2022	20/07/2044
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	22/12/2022	20/07/2044
Central Geradora Solar Japurá S.A.	17/11/2022	20/07/2044
Central Geradora Solar Lira S.A.	31/01/2023	20/07/2044
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	03/01/2023	20/07/2044
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	18/02/2023	20/07/2044

As SPEs do Complexo Solar Caldeirão II estão em regime de autorização e têm a sua produção comercializada no ambiente de contratação livre.

1.2.3. Controladas da Éolos

A Éolos Energias Renováveis S.A. ("Éolos") é proprietária da totalidade das quotas das sociedades identificadas adiante, todas constituídas com o propósito de desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia solar ou eólica.

Companhia	Localização do parque eólico/solar	Complexo eólico/solar	Situação em 30/09/2025
Central Geradora Solar Siroco Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tamisa Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tatajuba Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tijuca Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Arco Verde Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Alcântara Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Novo Horizonte Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Pedras Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Potengi Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Projeto descontinuado
Central Geradora Solar Ibitu 1 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 2 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 3 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Eólica Ipanema Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Mundaú Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Murujuba Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Venâncio Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Vergueiro Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 1 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 2 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Companhia	Localização do parque eólico/solar	Complexo eólico/solar	Situação em 30/09/2025
Central Geradora Solar Seridó 3 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 4 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 5 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 6 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 7 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 8 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 9 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Eólica Picuí 2 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Projeto descontinuado
Eólica Picuí 5 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Projeto descontinuado
Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Projeto descontinuado

1.2.4. O resultado das operações descontinuadas está apresentado a seguir:

	Descontinuadas Período entre 01/03/2025 e 30/06/2025 122 dias R\$ mil
Receita operacional líquida	96.205
Custos operacionais	(79.982)
Custos de operação	(6.138)
Depreciações do imobilizado	(20.584)
Depreciação de ativo de direito de uso	(508)
Amortizações	(791)
Compra de energia elétrica	(45.603)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.358)
Lucro bruto	16.223
Despesas operacionais	(6.597)
Serviços de terceiros	(979)
Despesas com pessoal	(1.681)
Despesas administrativas	88
Despesas de viagem	(169)
Depreciação	(88)
Amortização	(4.015)
Impostos e taxas	(119)
Outras receitas (despesas) operacionais	366
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros	9.626
Resultado financeiro líquido	(35.489)
Receitas financeiras	6.835
Despesas financeiras	(42.324)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.863)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.405)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(28.268)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido ("CCL") positivo consolidado das atividades continuadas no montante de R\$ 26.474 e prejuízo do período nas atividades continuadas de R\$ 33.725.

Com relação ao resultado operacional, a Companhia obteve lucro operacional de R\$ 75.243. Adicionalmente, a Companhia apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$ 164.997.

Com base nesses indicadores, a Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e concluiu que existem recursos e geração de caixa operacional suficientes para liquidar suas obrigações e manter suas atividades em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não identificou incertezas materiais que pudessem gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional. Portanto, as presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como e resoluções e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 1º de janeiro de 2025, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para fins comparativos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 05 de março de 2026.

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia aplicou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), com o objetivo de evidenciar principalmente as informações relevantes, que auxiliem os usuários das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem prejuízo ao atendimento dos requerimentos mínimos exigidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão evidenciadas e são consistentes com aquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando o real (R\$), que é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera, sendo também sua moeda funcional. Todos os valores apresentados em reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Bases de consolidação

As participações em controladas estão demonstradas a seguir:

Controlada	Quantidade de ações	Capital social (R\$)	%
Continuadas			
Complexo Icarai			
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	32.067.769	32.068	100%
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	47.073.185	47.073	100%
Complexo Taiba			
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	42.601.147	42.601	100%
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A.	25.412.852	25.413	100%
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	28.552.991	28.553	100%
Complexo Riachão			
Central Geradora Eólica Acari S.A.	69.978.118	69.978	100%
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	86.805.614	86.806	100%
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	64.382.342	64.382	100%
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	66.618.380	66.618	100%
Central Geradora Eólica Arena S.A.	75.748.617	75.749	100%
Complexo Amontada			
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	58.683.396	58.683	100%
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	47.073.733	47.074	100%
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	47.542.380	47.542	100%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as controladas nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

a) Controladas

Controladas são todas as companhias (incluindo as companhias de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 9);
- Vida útil do ativo intangível (Nota Explicativa nº 10);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (Nota Explicativa nº 15);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (Nota Explicativa nº 3.8);
- Provisão para cumprimento das obrigações ambientais (Nota Explicativa nº 17);
- Provisão para desmantelamento de ativos (Nota Explicativa nº 16); e
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 30).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros.

3.2. Operações descontinuadas

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota Explicativa nº 1.2. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra.

i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende das características contratuais dos fluxos de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Exceto para contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento (ou quando aplicado o expediente prático), os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis (quando não classificados ao valor justo por meio do resultado).

Para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fluxos de caixa devem ser exclusivamente pagamentos de principal e juros ("teste SPPI"). Ativos que não atendem a esse critério são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos ou de ambos.

Compras e vendas regulares são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, entre outros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados, contas de ressarcimento de energia a receber e saldos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas no desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e estão sujeitos a *impairment*. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e contas correntes, contas a receber de clientes, conta ressarcimento de energia a receber – CCEE, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas, entre outros, conforme Nota Explicativa nº 31.

Valor justo por meio do resultado

São apresentados pelo valor justo, com variações líquidas reconhecidas no resultado.

c) Desreconhecimento

- Ocorre quando expiram os direitos aos fluxos de caixa ou quando a Companhia transfere substancialmente riscos e benefícios ou perde o controle do ativo.

d) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente os ativos para identificar evidências de *impairment*. Caso identificadas e o valor contábil exceda o recuperável, constitui-se provisão.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis (exceto para os classificados ao valor justo por meio do resultado).

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, contas de ressarcimento de energia a pagar, saldos com partes relacionadas, dividendos e arrendamentos, entre outros.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Mensuração subsequente

Classificados em duas categorias principais: ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025, todos os passivos financeiros estão classificados ao custo amortizado, exceto quando atendem às exceções previstas no CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

Calculados considerando deságios/ágios e custos integrantes da taxa de juros efetiva. A amortização é reconhecida como despesa financeira.

c) Desreconhecimento

Ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira, ou quando há modificação substancial dos termos.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e apresentados líquidos quando há direito legal executável e intenção de liquidação líquida ou simultânea.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui contratos ou operações com instrumentos derivativos, nem adotou contabilidade de hedge no exercício de 2025.

3.4. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5. Estoques de peças para manutenção das usinas

Avaliados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Referem-se a materiais para manutenção de equipamentos. O custo inclui aquisição e demais custos necessários para trazer os estoques à condição e localização atuais, atribuídos pelo método do custo médio ponderado. Quando consumidos, são registrados como despesa, não integrando o Ativo Imobilizado.

3.6. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, sendo o gasto reconhecido no resultado do exercício em que é incorrido.

A vida útil de ativos intangíveis é classificada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para verificar se permanece justificável. Caso contrário, a mudança para vida útil definida é aplicada de forma prospectiva.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo intangível é desreconhecido na venda (na data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de sua utilização ou venda. Ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento (diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

a) Servidão de passagem

As servidões de passagem referem-se a direitos de passagem das linhas de transmissão em faixas que ligam o parque eólico à subestação, localizadas em propriedades particulares, constituídos mediante indenização ao proprietário do imóvel.

A amortização das servidões de passagem ocorre linearmente pelo prazo da autorização de geração de energia.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

c) Direito de exploração

Registrado ao custo de aquisição e refere-se ao direito de exploração da autorização. Esse direito de exploração está pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas.

O ativo intangível é amortizado com base no prazo remanescente de autorização de energia.

d) Licença ambiental de operação

Após a entrada em operação, a legislação ambiental exige que sejam obtidas as licenças de operação, cujos prazos variam entre 03 e 06 anos. Tendo em vista que as licenças são obtidas antes dos desembolsos necessários para cumprimento de obrigações assumidas na emissão das licenças, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado (Nota Explicativa nº 17) e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, bem como custos de financiamento de terceiros relacionados a ativos qualificados, deduzidos das receitas financeiras eventualmente obtidas com recursos não utilizados.

Custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Reparos e manutenções ordinárias são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada componente, limitada ao prazo da autorização de geração, quando este for menor. Os bens são depreciados a partir da data em que estão instalados e disponíveis para uso (ou, para ativos construídos internamente, a partir da conclusão da construção).

As taxas de depreciação seguem a Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009, limitadas ao período de autorização.

Ganhos e perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos recebidos e o valor contábil, sendo reconhecidos líquidos em outras receitas ou despesas operacionais.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revisados e ajustados, se necessário, sempre que houver indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.8. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados anualmente para teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável (o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso).

Ativos não financeiros previamente ajustados por *impairment* são subsequentemente revisados para possível reversão da perda na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indícios de *impairment*.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos) e o total a pagar é reconhecida no resultado ao longo do período, pelo método da taxa efetiva de juros.

São classificados como passivo circulante, salvo quando a Companhia tiver direito incondicional de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável (que demande período substancial para ficar pronto) são capitalizados como parte do custo do ativo, quando provável a geração de benefícios econômicos futuros e mensuráveis com confiabilidade. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que incorridos.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(a)** a Companhia possui obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado; **(b)** é provável a saída de recursos para liquidá-la; e **(c)** o valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões registradas referem-se a desmantelamento de ativos e demandas judiciais. Não incluem perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria, benefícios pós-emprego ou remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento dos parques eólicos considera a obrigação assumida de remover os ativos ao final do contrato de arrendamento das terras. Inicialmente mensurada ao valor justo, é subsequentemente ajustada ao valor presente por mudanças nos fluxos de caixa estimados ou na taxa de desconto. Os custos correspondentes são capitalizados no imobilizado e depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(b) Provisão para contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são prováveis e os valores mensuráveis com suficiente segurança. Contingências possíveis são apenas divulgadas; remotas não são provisionadas nem divulgadas. Obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da probabilidade de êxito, inclusive em processos que questionam a constitucionalidade de tributos.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos correntes são mensurados pelo valor esperado de recuperação ou pagamento às autoridades tributárias, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Impostos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são registrados no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente posições fiscais sujeitas a interpretação e constitui provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente, exceto no caso das investidas SPEs, que optaram pela tributação por meio do lucro presumido.

Conforme legislação, empresas com faturamento anual inferior a R\$ 78.000 no ano-calendário anterior podem optar pelo lucro presumido, com base de cálculo de 8% (IR) e 12% (CSLL) sobre receita bruta (32% para serviços e 100% para receitas financeiras), aplicando-se as alíquotas regulares.

Optaram pelo regime tributário: Lucro presumido, as SPES operacionais continuadas dos complexos Icará, Taíba, Amontada e Riachão, além das descontinuadas operacionais controladas por CGER e as SPEs não operacionais de Éolos; do Lucro real, a Companhia, as SPEs operacionais descontinuadas de CG2, a Ibitu Renováveis e as todas as subholdings (Ventus, Brise, Éolos, CGER e CG2).

3.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém arrendamento (direito de controlar o uso de ativo identificado por período em troca de contraprestação).

A Companhia como arrendatária

Aplica abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto curto prazo e baixo valor. Reconhece passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

Reconhecidos na data de início, mensurados ao custo (igual ao passivo inicial), deduzido de depreciação acumulada e perdas por *impairment*, ajustado por remensurações do passivo. Incluem custos diretos iniciais e pagamentos antecipados, menos incentivos recebidos. Depreciados linearmente pelo menor período entre prazo do arrendamento e vida útil do ativo. Sujeitos a *impairment* (vide Nota Explicativa nº 3.8).

Passivos de arrendamento

Reconhecidos na data de início pelo valor presente dos pagamentos futuros (fixos, variáveis dependentes de índice/taxa, valores esperados em garantias residuais, menos incentivos). Utiliza taxa incremental de empréstimos da Companhia (taxa implícita não determinável). Subsequentemente, acrescido de juros e reduzido por pagamentos. Remensurado por modificações, mudanças de prazo ou índices.

3.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, de encargos e variações monetárias.

3.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber, reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia transfere o controle de bens ou serviços ao cliente, refletindo o montante esperado em troca.

Segue o modelo de cinco etapas do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente): identificação do contrato, obrigações de desempenho, preço da transação, alocação e reconhecimento ao cumprir obrigações.

A receita de venda de energia é reconhecida com base na energia assegurada e tarifas contratuais ou preço de mercado, conforme aplicável.

b) Custos de serviços

Os custos de serviços de energia elétrica são reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de créditos de impostos quando aplicável, e associados diretamente à receita.

Compreendem basicamente gastos com manutenção e operação de equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e serviços terceirizados na operação, depreciação de ativos e encargos de transmissão.

3.16. Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 [R2] - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 01/01/2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Conta corrente	25	194
Aplicações financeiras (*)	1.062	113.119
Total	1.087	113.313

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, em instituições de primeira linha, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025.

5. Contas a receber de clientes (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber de clientes refere-se a valores a vencer, decorrentes da liquidação dos contratos de energia incentivada.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025.

Ativo circulante	2025
Complexo Icarai	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	3.093
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	3.851
Total	6.944
Complexo Taiba	
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	2.121
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	2.515
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A.	1.591
Total	6.227
Total contas a receber com a Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	13.171
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	2.647
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	2.126
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	1.865
Total	6.638
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	2.681
Central Geradora Eólica Arena S.A.	2.618
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	2.618
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	1.732
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	2.555
Total	12.204
Total contas a receber com a Cemig Geradora e Transmissão S.A.	18.842
Total contas a receber - Ativo circulante	32.013

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi constituída provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), uma vez que não foram identificadas evidências de perdas esperadas na realização das contas a receber. Essa conclusão considera as características do mercado em que as controladas atuam (liquidação centralizada pela CCEE, com garantias e mecanismos de proteção), o histórico de recebimentos e a expectativa da Administração.

6. Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)

O saldo de cauções de R\$ 67.697 no ativo não circulante refere-se a aplicações financeiras em fundos de renda fixa de longo prazo, mantidas no Banco Santander, vinculadas às debêntures, cujo saldo deverá ser equivalente ao valor da parcela de debêntures vincenda, nos prazos estabelecidas no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Outras Avenças, firmado entre a Companhia, as controladas e a Oliveira Trust (credor fiduciário).

Essas aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia de acordo com as regras previstas nesse mesmo instrumento contratual.

	2025
Ativo não circulante	
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	67.697
Total	67.697

7. Conta ressarcimento de energia - CCEE (Consolidado)

A conta de ressarcimento de energia refere-se aos ajustes apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), decorrentes de desvios entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada (energia assegurada ajustada pelo fator de disponibilidade).

Os saldos em 31 de dezembro apresentam a seguinte composição:

	2025			
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de pagamento	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	Total
Ativo circulante (a)	163	-	-	163
3o quadriênio - Ano 4	163	-	-	163
Andorinha	6	-	-	6
Colônia	157	-	-	157
Ativo não circulante (b)	-	-	548	548
4o quadriênio - Ano 2	-	-	548	548
Icaraí II	-	-	548	548
Total do ativo (a+b)	163	-	548	711
Passivo não circulante				
3o quadriênio - Ano 3 - Apurações abaixo de	(19.736)	-	-	(19.736)
Águia	(3.728)	-	-	(3.728)
Icaraí I	(6.977)	-	-	(6.977)
Icaraí II	(9.031)	-	-	(9.031)
3o quadriênio - Ano 4 - Saldo do quadriênio	(40.959)	-	-	(40.959)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025			
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de pagamento	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	Total
Águia	(9.600)	-	-	(9.600)
Icaraí I	(14.212)	-	-	(14.212)
Icaraí II	(17.147)	-	-	(17.147)
4o quadriênio – Ano 1 - Apurações abaixo de	(8.932)	(12.440)	-	(21.372)
Águia	(1.215)	(1.692)	-	(2.907)
Andorinha	(740)	(1.030)	-	(1.770)
Colônia	(1.012)	(1.410)	-	(2.422)
Icaraí I	(3.174)	(4.421)	-	(7.595)
Icaraí II	(2.791)	(3.887)	-	(6.678)
4o quadriênio – Ano 1 - Saldo entre 90% e	-	-	(16.001)	(16.001)
Águia	-	-	(3.055)	(3.055)
Andorinha	-	-	(1.933)	(1.933)
Colônia	-	-	(2.577)	(2.577)
Icaraí I	-	-	(3.757)	(3.757)
Icaraí II	-	-	(4.679)	(4.679)
4o quadriênio – provisão de penalidade	-	-	(2.390)	(2.390)
Águia	-	-	(410)	(410)
Andorinha	-	-	(36)	(36)
Colônia	-	-	(299)	(299)
Icaraí I	-	-	(686)	(686)
Icaraí II	-	-	(959)	(959)
4o quadriênio – Ano 2	-	-	(4.020)	(4.020)
Águia	-	-	(725)	(725)
Andorinha	-	-	(1.304)	(1.304)
Colônia	-	-	(1.615)	(1.615)
Icaraí I	-	-	(376)	(376)
Total do passivo (b)	(69.627)	(12.440)	(22.411)	(104.478)
Saldo líquido (ativo+passivo)	(69.464)	(12.440)	(21.863)	(103.767)

Os saldos a receber, registrados no ativo, representam os ressarcimentos decorrentes de geração de energia superior ao volume contratado, quando situados na faixa de tolerância entre 100% e 130%.

Os saldos a pagar referem-se a valores devidos em razão de desvios negativos de geração em relação ao volume contratado, valorados e liquidados conforme as regras contratuais e regulatórias a seguir:

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ressarcimento de volume de energia gerado versus volume contratual	Preço do ressarcimento sobre a diferença de volume entregue	Forma de pagamento contratual
Geração acima de 130% do volume contratual	70% do preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 100% e 130% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Vinte e quatro parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 90% e 100% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ciclo contratual quadrienal
Geração abaixo de 90% do volume contratual (volume de energia não gerada)	Preço contratual atualizado + 15%	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual

Nos termos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019, os pagamentos das apurações realizadas a partir de outubro de 2019 foram temporariamente suspensos. Posteriormente, os pagamentos referentes às apurações até agosto de 2023 foram retomados e liquidados. Em comunicado divulgado em 15 de dezembro de 2025, a CCEE, em razão da publicação da Lei nº 15.269/2025 (tratada adiante), suspendeu o cronograma de pagamento dos ressarcimentos referentes às apurações a partir de setembro de 2023, período abrangido pela lei. Até a data-base, permanecia pendente, por parte da CCEE, a definição de novo calendário para a liquidação desses valores.

O aumento do saldo líquido passivo decorre das contabilizações regulatórias realizadas pela CCEE no âmbito do LER, resultantes dos desvios de geração em relação à energia assegurada apurados no ciclo corrente e no último ciclo encerrado, bem como da suspensão do cronograma de pagamentos mencionada acima.

A movimentação do saldo líquido durante o exercício foi a seguinte:

	2025
Saldo líquido inicial	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis – empresas continuadas – saldo de 28/02/2025	(62.855)
Apuração de ressarcimentos a serem realizados	(32.388)
Apuração de ressarcimento com penalidade	(4.092)
Atualização financeira ressarcimento (Nota Explicativa nº 28)	(4.432)
Saldo líquido final	(103.767)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos (Controladora)

	Controladora 2025
Complexo Icarai	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	38.069
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	55.396
Total	93.465
Complexo Taiba	
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	35.249
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	45.669
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	28.583
Total	109.501
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	65.559
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	55.893
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	48.288
Total	169.740
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	75.919
Central Geradora Eólica Arena S.A.	78.423
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	73.349
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	84.736
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	72.744
Total	385.171
Saldo de Investimentos	757.877

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação dos investimentos continuados

	Controladora								
	Saldo em 01/01/2025	Transferência de participação societária - empresas continuadas -saldo de 28/02/2025	Distribuição de dividendos para controladores anteriores	Aumento de capital	Redução de capital com compensação de mútuos	Redução de capital social	Equivalência patrimonial	Dividendos mínimos obrigatórios	2025
Complexo Icarai									
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	-	52.628	(3.402)	13.282	-	(28.161)	4.398	(676)	38.069
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	-	67.880	(4.956)	21.250	-	(33.700)	6.125	(1.203)	55.396
Total	-	120.508	(8.358)	34.532	-	(61.861)	10.523	(1.879)	93.465
Complexo Taiba									
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	-	39.222	(14.434)	12.533	-	(6.119)	5.203	(1.156)	35.249
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	-	40.934	(4.789)	18.864	-	(11.679)	2.996	(657)	45.669
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	-	29.360	(3.203)	4.558	-	(4.644)	3.137	(625)	28.583
Total	-	109.516	(22.426)	35.955	-	(22.442)	11.336	(2.438)	109.501
Complexo Amontada									
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	46.079	(1.903)	26.959	-	(11.178)	7.170	(1.568)	65.559
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	-	45.999	(2.133)	20.691	(5.943)	(10.603)	10.207	(2.325)	55.893
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	-	37.633	(879)	19.028	-	(7.694)	200	-	48.288
Total	-	129.711	(4.915)	66.678	(5.943)	(29.475)	17.577	(3.893)	169.740
Complexo Riachão									
Central Geradora Eólica Acari S.A.	-	71.388	(4.775)	25.852	(11.619)	(8.079)	4.348	(1.196)	75.919
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	61.199	(3.475)	25.562	-	(6.030)	1.681	(514)	78.423
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	67.232	(5.496)	17.620	(1.819)	(8.047)	5.346	(1.487)	73.349
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	-	54.840	(213)	39.397	-	(7.482)	(1.806)	-	84.736
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	-	67.054	(5.672)	19.103	(1.435)	(12.235)	8.035	(2.106)	72.744
Total	-	321.713	(19.631)	127.534	(14.873)	(41.873)	17.604	(5.303)	385.171
Saldo de investimentos	-	681.448	(55.330)	264.699	(20.816)	(155.651)	57.040	(13.513)	757.877

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

[Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma]

b) Informações gerais

	Quantidade de ações	Partic. - %	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício das controladas	Resultado de equivalência patrimonial (*)
Complexo Icarai						
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	32.067.769	100%	32.068	38.069	2.846	4.398
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	47.073.185	100%	47.073	55.396	5.063	6.124
Total			79.141	93.465	7.909	10.522
Complexo Taiba						
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	28.552.991	100%	28.553	35.249	4.867	5.203
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	42.601.147	100%	42.601	45.669	2.767	2.996
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	25.412.853	100%	25.413	28.583	2.630	3.137
Total			96.567	109.501	10.264	11.336
Complexo Amontada						
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	58.683.397	100%	58.683	65.559	6.602	7.169
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	47.073.734	100%	47.074	55.893	9.790	10.208
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	47.542.381	100%	47.542	48.288	[376]	200
Total			153.299	169.740	16.016	17.577
Complexo Riachão						
Central Geradora Eólica Acari S.A.	69.978.118	100%	69.978	75.919	5.037	4.349
Central Geradora Eólica Arena S.A.	75.748.617	100%	75.749	78.423	2.166	1.681
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	66.618.381	100%	66.618	73.349	6.259	5.346
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	86.805.615	100%	86.806	84.736	[2.254]	[1.806]
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	64.382.343	100%	64.382	72.744	8.867	8.035
Total			363.533	385.171	20.075	17.605
Em 31 de dezembro de 2025			692.540	757.877	54.264	57.040

(*) Resultado apurado a partir da aquisição de participação societária nas controladas em 17 de março de 2025 (Nota Explicativa nº 1).

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado (Consolidado)

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear considerando a vida útil efetiva dos bens, com base nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitada ao período da autorização. O quadro adiante demonstra a classificação e a taxa média de depreciação nos termos mencionados:

	Taxa média de depreciação anual %	Consolidado					
		31/12/2025			01/01/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,54%	27.615	(9.604)	18.011	-	-	-
Máquinas e equipamentos	4,42%	1.507.881	(714.972)	792.909	-	-	-
Equipamentos de informática	8,74%	206	(127)	79	-	-	-
Móveis e utensílios	2,96%	405	(270)	135	-	-	-
Veículos	-	201	(201)	-	-	-	-
Provisão para desmantelamento	0,61%	2.358	(2.056)	302	-	-	-
Total em serviço		1.538.666	(727.230)	811.436	-	-	-
Em curso							
Adiantamentos a fornecedores		6	-	6			
Material em depósito		11.669	-	11.669	-	-	-
Máquinas e equipamentos		3.617	-	3.617	-	-	-
Total em curso		15.292	-	15.292	-	-	-
Total		1.553.958	(727.230)	826.728	-	-	-

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado é como segue:

Em 2025	Consolidado					
	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência Ibitu Renováveis – empresas continuadas – saldos de 28/02/2025	Adições	Transferência	Depreciação	Em 31/12/2025
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	18.498	327	-	(814)	18.011
Máquinas e equipamentos	-	835.984	9.305	3.203	(55.583)	792.909
Equipamentos de informática	-	94	-	-	(15)	79
Móveis e utensílios	-	131	-	14	(10)	135
Provisão para desmantelamento	-	314	-	-	(12)	302
Total em serviço	-	855.021	9.632	3.217	(56.434)	811.436
Em curso						
Adiantamentos a fornecedores	-	-	6	-	-	6
Máquinas e equipamentos	-	503	5.000	(1.886)	-	3.617
Material em depósito	-	11.558	-	111	-	11.669
Compras em andamento	-	1.442	-	(1.442)	-	0
Total em curso	-	13.503	5.006	(3.217)	-	15.292
Total	-	868.524	14.638	-	(56.434)	826.728

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível (Consolidado)

	Taxa média amortização anual	Consolidado					
		31/12/2025			01/01/2025		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Direito de exploração (iii)	2,77%	211.092	(98.515)	112.577	-	-	-
Servidão de passagem (i)	2,84%	24.644	(5.339)	19.305	-	-	-
Software	18,21%	547	(411)	136	-	-	-
Depósitos judiciais	-	1.442	-	1.442	-	-	-
Licença ambiental (ii)	28,84%	5.375	(2.414)	2.961	-	-	-
Total em serviço		243.100	(106.679)	136.421	-	-	-
Em curso							
Depósitos judiciais (i)		301	-	301	-	-	-
Total em curso		301	-	301	-	-	-
Total		243.401	(106.679)	136.722	-	-	-

a) A movimentação do intangível é como segue:

	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência Ibitu Renováveis – empresas continuadas – saldos em 28/02/2025	Atualização de contingência	Adição	Renovação da licença ambiental	Transferência	Amortização (*)	Em 31/12/2025
Em serviço								
Direito de exploração (iii)	-	117.443	-	-	-	-	(4.866)	112.577
Servidão de passagem (i)	-	14.014	-	50	-	5.824	(583)	19.305
Software	-	219	-	-	-	-	(83)	136
Licença ambiental (Nota Explicativa nº 17) (ii)	-	3.265	-	-	988	-	(1.292)	2.961
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	1.442	-	1.442
Total em serviço	-	134.941	-	50	988	7.266	(6.824)	136.421

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldos em 28/02/2025	Atualização de contingência	Adição	Renovação da licença ambiental	Transferência	Amortização (*)	Em 31/12/2025
Em curso								
Depósitos judiciais (i)	-	1.510	102	-	-	(1.311)	-	301
Servidão de passagem (i)	-	5.510	445	-	-	(5.955)	-	-
Total em curso	-	7.020	547	-	-	(7.266)	-	301
Total	-	141.961	547	50	988	-	(6.824)	136.722

(*) Do total da amortização de R\$ 6.824, correspondente ao período de 1º de março de 2025 a 31 de dezembro de 2025, R\$ 2.167 estão classificados na demonstração de resultados como parte dos custos dos serviços e R\$ 4.657, como despesas operacionais.

i) Servidão de passagem e depósitos judiciais vinculados à aquisição de direito de passagem:

- Servidão de passagem – refere-se às indenizações pagas aos proprietários de terra nas quais se faz necessária a utilização de faixa de terra para passagem da linha de transmissão que conecta os parques geradores ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia;
- Depósitos judiciais – Eventualmente, os proprietários de terra podem não aceitar o valor da indenização proposto, que é calculado com base em normas técnicas brasileiras específicas, e iniciar discussão judicial a respeito do valor justo da indenização a ser paga pelo direito de passagem. Nesses casos, a Companhia realiza depósitos judiciais para fins de imissão de posse em caráter liminar, que também são registrados como parte do ativo intangível, dada a natureza de aquisição de direito de passagem.

ii) Licença ambiental de operação – a legislação ambiental exige que licenças de operação sejam obtidas de forma a autorizar a operação comercial do projeto. Os custos ambientais associados às licenças ambientais são estimados pelo período de vigência das licenças, esses custos são provisionados e registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo de vigência de cada licença, que, para as controladas, têm vigência até 2027.

iii) O saldo referente ao Direito de Exploração registrado, é composto da seguinte forma:

Descrição	2025
Aquisições dos Complexos Amontada e Riachão	51.170
Aquisições dos Complexos Icarai e Taiba	56.697
Total Controladora	107.867
Aquisição do Complexo Amontada	4.710
Total Consolidado	4.710
Total	112.577

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente valores a pagar remanescentes por compras de materiais e serviços da operação e manutenção do parque eólico, compra de energia, e encargos de uso da rede com vencimento médio de até 3 meses. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025.

A seguir demonstramos a composição de fornecedores:

	Controladora 2025
Circulante	
Fornecedores diversos	41
	41

	Consolidado 2025
Circulante	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	5.269
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	3.010
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	3.012
Central Geradora Eólica Acari S.A.	2.893
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	1.757
Central Geradora Eólica Arena S.A.	3.462
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	1.707
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	2.275
Total contas a pagar compra de energia com parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 14) (a)	23.385
Suprimento de energia elétrica com terceiros	1.974
Fornecedores - O&M (*)	2.070
Fornecedores de materiais e serviços diversos	9.630
Total contas a pagar a fornecedores (b)	13.674
(c) Total contas a pagar a fornecedores - passivo circulante (a+b)	37.059
Não circulante	
Fornecedores - O&M (*)	2.875
Total contas a pagar a fornecedores - passivo não circulante (d)	2.875
Total contas a pagar a fornecedores (c+d)	39.934

(*) O saldo de R\$ 2.070 no circulante e R\$ 2.875 no não circulante está relacionado a cobranças controversas do contrato de operação e manutenção dos complexos Icará e Taíba, envolvendo investimentos no plano de recuperação e a cobrança de danos acordados por indisponibilidade abaixo de 97%. Em 2023, a Administração do Grupo decidiu pagar o saldo controverso. O saldo está sendo pago em 40 parcelas mensais e consecutivas, com encerramento em abril de 2028.

Para os demais fornecedores, o vencimento ocorrerá em até três meses, com exceção de partes relacionadas que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e não há operação de antecipação conhecida como de risco sacado.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Consolidado					
	31/12/2025			01/01/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
BNDES FINAME (a)	292	602	894	-	-	-
Total	292	602	894	-	-	-

(a) BNDES FINAME

Em fevereiro de 2024, as controladas SPE Taíba Águia e SPE Icarai I contrataram Cédula de Crédito Bancário – CCB (“Finame”) no valor total de R\$ 710 cada junto ao BNDES com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos (pá carregadeira).

Os juros incidentes sobre este financiamento são calculados com base na IPCA mais spread de 8,68% para Icarai I e 8,64% para Taíba Águia. O Finame será pago ao BNDES em 60 prestações mensais e sucessivas e teve início em 15 de março de 2024.

Em 16 de fevereiro de 2024, o crédito foi disponibilizado diretamente ao fornecedor.

Para a operação de Finame, a Ibitu Energias Renováveis S.A. (parte relacionada e controladora indireta anterior) figura como avalista coobrigada nas operações e há alienação fiduciária do equipamento adquirido por meio dessa linha de crédito.

	2025
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis – empresas continuadas – saldo de 28/02/2025	1.135
Amortização	(241)
Juros sobre financiamentos	109
Juros pagos	(109)
Saldo final em 31/12/2025	894

(b) BNDES (Financiamentos quitados em 16 de abril de 2025)

Complexos Icarai e Taíba

As controladas Icarai I, Icarai II, Taíba Águia, Taíba Andorinha e Colônia firmaram, em outubro de 2014, o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 253.972, tendo vencimento da última amortização em dezembro de 2030. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 90.963.

Complexo Amontada

As controladas Ilha Grande, Palmas e Ribeirão firmaram, em setembro de 2014, os contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 173.307, tendo vencimento da última amortização em fevereiro de 2031. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 68.659.

Complexo de Riachão

As controladas Acari, Albuquerque, Anemoi, Apeliotes e Arena firmaram, em novembro de 2015, os contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 335.718, tendo vencimento da última amortização em dezembro de 2031. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 130.647.

b.1) Garantias e covenants do BNDES

Para as operações de financiamento de longo prazo, foi dado como garantia ao BNDES, o penhor da totalidade das ações de emissão das SPEs, da Ventus, Brise e Ibitu Renováveis, assim como quaisquer outras ações representativas do capital social que venham a ser subscritas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no contrato e os ativos constituídos das máquinas e equipamentos relativos ao parque eólico.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Além de outras garantias, cedeu fiduciariamente ao BNDES:

- os direitos creditórios de qualquer contrato de venda de energia que venham a ser celebrados pela Ibitu Renováveis;
- os créditos que venham a ser depositados nas referidas contas vinculadas ao financiamento.

Como forma de monitoramento da situação financeira pelo BNDES, foi utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), conforme definido no contrato de financiamento.

O índice é calculado ao término de cada exercício. O ICSD estava atendido pelas controladas até o encerramento do último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b.2) Aportes SPES e Quitação BNDES

Em 16 de abril de 2025, a Companhia aportou nas controladas continuadas, por meio das investidas Ventus e Brise, R\$ 246 milhões e as SPES quitaram na mesma data as dívidas existentes com o BNDES. Os aportes e quitações ocorreram conforme a seguir:

	Aporte de capital da Companhia nas controladas	Valor de quitação BNDES
Complexo Icarai		
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	13.282	17.782
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	21.250	29.250
Total	34.532	47.032
Complexo Taiba		
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	12.533	13.533
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	18.864	19.864
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	4.558	10.558
Total	35.955	43.955
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	26.959	27.959
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	20.691	21.691
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	19.028	19.028
Total	66.678	68.678
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	25.852	28.652
Central Geradora Eólica Arena S.A.	24.804	23.503
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	17.620	26.602
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	21.503	25.620
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	19.102	26.304
Total	108.881	130.681
Total	246.046	290.346

Com a quitação da dívida, os saldos de cauções vinculados à dívida foram liberados e resgatados em 08 de maio de 2025.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação BNDES e BNDES FINAME

	Consolidado
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	294.984
Amortização do custo de captação (Nota Explicativa nº 28)	48
Amortização de principal	(296.113)
Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 28)	3.089
Atualização financeira - TJLP (Nota Explicativa nº 28)	780
Baixa do custo de captação - transferência para Tupi	1.897
Juros pagos	(3.791)
Saldo final em 31/12/2025	894

13. Debêntures

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
1ª Emissão de debêntures	32.186	562.600	594.786	-	-	-
2ª Emissão de debêntures	6.059	242.846	248.905	-	-	-
(-) Custos de captação	(1.724)	(16.954)	(18.678)	-	-	-
Total	36.521	788.492	825.013	-	-	-

Em 18 de março de 2025, a Tupi Energias Renováveis S.A. assinou o "Instrumento Particular de Emissão da 1ª (primeira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 (duas) Séries, Para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição" ("Emissão"), aditado em 15 de abril de 2025 ato devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e autorizada pelos órgãos reguladores competentes, nos termos da Resolução CVM 160. A emissão efetiva e liquidação da Emissão aconteceu em 16 de abril de 2025.

Características da Emissão

A 1ª emissão de debêntures da Companhia, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, garantia adicional e fidejussória, em duas séries, em rito de registro automático de distribuição, totalizando R\$820.000.000,00 (oitocentos e vinte milhões de reais) com as seguintes características principais:

Primeira Série (Debêntures Institucionais): R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais) com vencimento em 15 de outubro de 2034, prazo de aproximadamente 9,5 anos a partir da data de emissão (e remuneração de DI+2,90% a.a., não classificadas como incentivadas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

Segunda Série (Debêntures Incentivadas): R\$ 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de reais), com vencimento em 15 de outubro de 2036, com prazo de aproximadamente 11,5 anos a partir da data de emissão, e remuneração de IPCA+8,2194% a.a., classificadas como incentivadas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

Finalidade dos recursos

Os recursos captados com a emissão serão destinados para **(i)** o pré-pagamento de dívidas existentes das controladas (continuadas) perante o BNDES; **(ii)** distribuição de recursos ao controlador; **(iii)** reforço do capital de giro e **(iv)** reembolso de capital relacionado a investimentos realizados e investido futuros.

Garantias e Covenants

- Alienação fiduciária, em benefício dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia, bem como, de 100% das ações de emissão das controladas;

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- Alienação fiduciária de determinados equipamentos que compreendem o Projeto, em benefício dos Debenturistas, conforme descrito no instrumento de Cessão Fiduciária de Equipamentos;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes ou futuros, decorrentes **(i)** da totalidade dos contratos de comercialização de energia celebrados pelas controladas; **(ii)** das autorizações ANEEL; **(iii)** dos contratos de operação e manutenção dos projetos; **(iv)** das apólices de seguro; **(v)** de outras receitas que sejam decorrentes do Projeto, incluindo aquelas relativas a operações no mercado de curto prazo de energia; **(vi)** de direitos econômicos oriundos de ações emitidas pelas SPEs; **(vii)** de todos os dos recursos depositados nas contas do projeto.

A emissão conta com obrigações usuais de mercado, além da obrigação de não distribuição de dividendos caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) fique abaixo de 1,25x. Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, é utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD com caixa (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida com caixa), conforme definido na escritura de emissão das debêntures. O índice ICSD = $[(\text{geração de caixa da atividade} + \text{caixa inicial}) / \text{serviço da dívida}]$ deve ser maior ou igual a 1,30, a ser calculado ao final de cada semestre social, a partir de junho de 2026.

Pagamento da remuneração das debêntures

Debêntures Institucionais (juros + atualização monetária): Semestralmente em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2025.

Debêntures Incentivadas (juros): Semestralmente em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2025.

Amortização do principal

Debêntures Institucionais: Semestralmente, customizado, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2025, com vencimento em outubro de 2034.

Debêntures Incentivadas: Semestralmente, customizado, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de abril de 2026, com vencimento em outubro de 2036.

Movimentação das debêntures:

	2025
Saldo no início do exercício	-
1ª Emissão de debêntures	580.000
2ª Emissão de debêntures	240.000
Atualização do principal (Nota Explicativa nº 28)	63.163
Encargos das debêntures (Nota Explicativa nº 28)	26.429
Juros pagos	(18.763)
Pagamento de principal	(47.139)
Custos de transação de emissão	(19.659)
Amortização do custo de captação (Nota Explicativa nº 28)	982
Saldo no final do exercício	825.013

Vencimento das debêntures:

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Vencimento em menos de um ano até 31 de dezembro de 2026	Vencimento entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2030	Após 2030
Debentures	825.013	36.521	150.599	637.893
Total	825.013	36.521	150.599	637.893

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 são como demonstrados a seguir:

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Ativo		
Ativo circulante		
Central Geradora Eólica Icaraí I S.A.	676	-
Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.	1.203	-
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	1.156	-
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	657	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	625	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	1.568	-
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	2.325	-
Central Geradora Eólica Acari S.A.	1.196	-
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	2.106	-
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	1.487	-
Central Geradora Eólica Arena S.A.	514	-
Total dividendos a receber	13.513	-
Central Geradora Eólica Icaraí I S.A.	294	-
Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.	1.034	-
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	5.000	-
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	96	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	2.999	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	5.393	-
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	10.380	-
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	5.000	-
Central Geradora Eólica Acari S.A.	5.100	-
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	1.800	-
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	4.175	-
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	3.000	-
Central Geradora Eólica Arena S.A.	630	-
Total partes relacionadas - Contas a receber de redução de capital de investidas	44.901	-
Ibitu Energias Renováveis S.A.	-	3.656
Ibitu Energia S.A.	-	1.454
Total partes relacionadas - ativo não circulante - compartilhamento de despesas - saldo a compensar	-	5.110
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	-	2.159
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	-	250
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	-	1.542
Total partes relacionadas - ativo não circulante - venda de imobilizado	-	3.951
Total partes relacionadas - ativo não circulante	-	9.061
Ibitu Energia S.A.	13.048	13.048
Total contas a pagar redução de capital	13.048	13.048
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	5.269
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	-	3.010
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	-	3.012
Central Geradora Eólica Acari S.A.	-	2.893

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	-	1.757
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	3.462
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	-	1.707
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	2.275
Total partes relacionadas - passivo circulante - fornecedores	-	23.385

No resultado, as operações com partes relacionadas foram:

Operações no resultado do ano:		
Receita de venda de energia (A)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 22)	-	66.089
Total	-	66.089
Custo com compra de energia (B)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 24)	-	(122.835)
Total	-	(122.835)
Movimentação de partes relacionadas no resultado (*)		
Ibitu Energias Renováveis S.A.	-	(3.334)
Ibitu Energia S.A.	-	(13.486)
Total partes relacionadas - despesas com contrato de compartilhamento de despesas (C)		
	-	(16.820)
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 23)	-	(15.283)
Despesa serviços de terceiros	-	(1.215)
Despesas com arrendamento	-	(322)
Total	-	(16.820)
Total partes relacionadas - resultado (A+B+C)	-	(73.566)

(*) Contrato de Serviços Compartilhados relativos à estrutura corporativa e de operação de todo o Grupo para reembolso de despesas pelas SPEs que fazem uso dos serviços compartilhados, sem lucro e não onerosos.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Essas transações são liquidadas sob demanda.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

a) Redução de capital social pagar (passivo)

	2025
Saldo inicial	-
Redução de capital social	1.195.774
Compensação de redução de capital social com ativo de partes relacionadas	(647.726)
Pagamento de redução de capital social	(535.000)
Saldo final	13.048

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Até junho de 2025, a remuneração dos diretores da Companhia e de suas controladas foi paga pela controladora Ibitu Energia S.A. A partir de julho de 2025, tais remunerações passaram a ser pagas pela parte relacionada Ibitu Energias Renováveis S.A.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em ambos os períodos, as despesas foram compartilhadas com a Companhia, com as controladas e com outras empresas do Grupo Ibitu por meio de reembolso, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

15. Ativo de direito de uso e Arrendamentos (Consolidado)

As controladas possuem contratos de arrendamento de terras para instalação e operação do parque de geração de energia eólica, com prazo alinhado à autorização de geração. Os pagamentos de arrendamento correspondem a 1,5% do faturamento proveniente da venda de energia elétrica ao longo de todo o período da autorização.

Embora os pagamentos sejam calculados com base no faturamento, a Companhia os classifica como fixos em essência, uma vez que tanto o preço de venda da energia quanto a quantidade contratada (MWh) estão preestabelecidos nos contratos de longo prazo, sem variações significativas esperadas. Assim, os componentes variáveis do faturamento não foram incluídos na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

Ativo de direito de uso

Os contratos de arrendamentos possuem prazos que abrangem todo o período de autorização e estão sendo depreciação a uma taxa média de 4,75% a.a.

Os saldos e a movimentação do ativo de direito de uso estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	49.554
Ajuste de remensuração	(1.932)
Depreciação	(2.001)
Saldo em 31/12/2025	45.621

Arrendamentos

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa real WACC de 10,67% a.a. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	2025
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	51.024
Ajuste de remensuração	(1.932)
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 28)	7.312
Pagamentos	(4.933)
Saldo final em 31/12/2025	51.471
Saldo do passivo circulante	5.155
Saldo do passivo não circulante	46.316
	51.471

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de arrendamento possui o seguinte cronograma de vencimento:

Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Vencimento em menos de um ano - até 31 de dezembro de 2026	Vencimento entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2030	Após 2030
51.471	5.155	17.756	28.560

16. Provisão para desmantelamento (Consolidado)

As controladas reconhecem provisão para os custos de desmantelamento e remoção dos parques eólicos ao final dos prazos de autorização de geração, em atendimento às obrigações contratuais, regulatórias e ambientais.

A provisão é calculada com base em estimativa elaborada pela equipe interna de engenharia, a partir de estudos de mercado, que considera os custos necessários para desmontagem e restauração das áreas. No reconhecimento inicial, o valor da provisão é adicionado ao custo do ativo imobilizado correspondente. Subsequentemente, os efeitos de atualização monetária e de ajuste a valor presente são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício.

As estimativas de custos são projetadas até o término do prazo de autorização, atualizadas pelo IPCA e descontadas a valor presente utilizando taxa real de desconto de 12,81% a.a. Essas premissas e estimativas são reavaliadas periodicamente pela Administração, com eventuais ajustes reconhecidos prospectivamente.

Os custos capitalizados no ativo imobilizado são depreciados linearmente ao longo do prazo remanescente de autorização.

Consolidado	
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição de participação em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	5.528
Ajuste a valor presente (resultado) (Nota Explicativa nº 28)	(1.666)
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 28)	1.590
Saldo final em 31/12/2025	5.452
2025	
Complexo Icarai	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	432
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	611
Total	1.043
Complexo Taíba	
Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.	372
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	230
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	305
Total	907
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	486
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	398
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	350
Total	1.234

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	458
Central Geradora Eólica Arena S.A.	463
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	463
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	421
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	463
Total	2.268
Total provisão de desmantelamento	5.452

17. Licenças ambientais de instalação e operação (Consolidado)

Referem-se à provisão para cumprimento de obrigações ambientais assumidas com a obtenção das licenças ambientais que permitem a instalação e operação dos parques geradores, conforme a seguir:

	2025
Passivo circulante	-
Licença ambiental de operação	1.657
(-) Ajuste a valor presente	(64)
Total	1.593
Passivo não circulante	
Licença ambiental de operação	2.945
(-) Ajuste a valor presente	(860)
Total	2.085
Total	3.678

O saldo passivo é atualizado por IPCA e ajustado a valor presente à taxa real WACC de 10,67% a.a.

A movimentação do passivo foi como segue:

	2025
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	3.319
Atualização financeira	96
Ajuste a valor presente	221
Pagamentos	(946)
Reconhecimento de renovação de licença nas SPEs Arena e Albuquerque (1)	988
Saldo no final do exercício	3.678
Saldo do passivo circulante	1.593
Saldo do passivo não circulante	2.085

A estimativa de cumprimento das obrigações vinculadas às licenças de operação segue o seguinte calendário:

Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2026	Entre um e dois anos 1º de janeiro de 2027 até dezembro de 2029
3.678	1.593	2.085

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Nas controladas foram reconhecidas provisões para cumprimento das licenças ambientais de operação em contrapartida aos direitos de operar no ativo intangível, que serão amortizados pela vida útil das licenças que, em geral, se encerram em setembro de 2027, quando devem ser renovadas. Os ativos estão sendo amortizados à taxa média de 28,84% ao ano:

Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	3.265
Reconhecimento de renovação de licença das SPEs Arena e Albuquerque (*)	988
Amortização	(1.292)
Saldo no final do exercício (Nota Explicativa nº 10)	2.961

(*) Registro da provisão para cumprimento das obrigações ambientais assumidas com as renovações de licenças ambientais de operação nas SPEs Arena e Albuquerque, ajustados a valor presente, com prazos de duração de 6 anos, até julho de 2031.

18. Impostos e contribuições a recolher e Imposto de renda e contribuição social a pagar (Consolidado)

	Consolidado 2025
IRPJ a recolher	2.908
CSLL a recolher	1.879
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	4.787
Impostos e contribuições retidos	422
PIS a recolher	298
Cofins a recolher	1.379
ICMS a recolher	21
INSS a recolher	60
Outros tributos	7
Total de impostos e contribuições a recolher	2.187
Total de tributos a recolher	6.974

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 217.436, totalmente integralizado pela Ibitu Energia, representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

	31 de dezembro de 2025		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Ibitu Energia S.A.	217.436.365	100%	217.436
Total	217.436.365	100%	217.436

Em 1º de janeiro de 2025, a Companhia foi constituída com capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais foram totalmente subscritas e posteriormente totalmente integralizadas pelas acionistas Ibitu Energia, com 99.999 ações ordinárias, e Ibitu Energias Renováveis, com 01 ação ordinária.

Em 30 de janeiro de 2025, a Ibitu Renováveis transferiu a sua única ação ordinária para a Ibitu Energia, que passou a ser acionista única da Companhia.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de março de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia com a conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), mediante a emissão de 216.000 (duzentos e dezesseis mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Nessa mesma data, foi aprovado o aumento de capital social, com a conferência de bens à Companhia, conforme laudo de avaliação, correspondentes ao acervo líquido da Ibitu Energias Renováveis no valor de R\$ 1.412.783.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e um reais), equivalente ao valor contábil de investimento da participação das ações da Ibitu Energias Renováveis, detidas pela Ibitu Energia. Esse valor foi integralizado no Capital social da Companhia com o repasse e transferência da totalidade dessas ações detidas pela Ibitu Energia.

Houve, portanto, um aumento total de R\$ 1.412.999.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais), mediante a emissão de 1.412.999.721 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Deste modo, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 1.413.099.721,00 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais), dividido em 1.413.099.721 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 535 milhões, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com respectivo cancelamento de 535.000.000 (quinhentas e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada. Com isso, o capital social passou dos atuais R\$ 1.413.099.721,00 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais) para R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais).

Em 30 de junho de 2025, houve cisão parcial da própria Companhia, com a incorporação do acervo cindido – nesse caso, investimento na Ibitu Renováveis –, pela Ibitu Energia. Como resultado dessa movimentação societária, a Companhia passou a deter o investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise. Por esta etapa, o Capital Social da Companhia passou de R\$878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil e setecentos e vinte e um reais), dividido em 878.099.721 (oitocentas e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentas e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, redução, portanto, de R\$647.725.083,05 (seiscentos e quarenta e sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, oitenta e três reais e cinco centavos).

No mesmo ato societário, ocorreu aumento do capital social da Companhia em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) mediante conversão de AFAC, com emissão de 110.000 (cento e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.484.637,95 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.484.637 (duzentas e trinta milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas integralmente pela única acionista da Companhia.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 21 de outubro de 2025 foi aprovada a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando de R\$ 230.484.637,95 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 217.436.365,49 (duzentos e dezessete milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), uma redução, portanto, de R\$ 13.048.272,46 (treze milhões, quarenta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos), registrada em dezembro de 2025.

b) Dividendos a pagar

No decorrer do processo de reorganização, as investidas, que passaram a ser diretamente controladas pela Companhia em 30 de junho de 2025, deliberaram o pagamento de dividendos adicionais para as controladas anteriores, que foram incorporadas pela Ibitu Renováveis. Demonstramos abaixo o montante pago de dividendos nesse contexto e as importâncias de dividendos a pagar para a Ibitu Renováveis:

	Pagamentos de dividendos realizados no exercício	2025
		Saldo de dividendos a pagar para Ibitu Renováveis
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	10.500	5.712
Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.	8.940	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	2.000	2.271
Central Geradora Eólica Icará I S.A.	4.536	-
Central Geradora Eólica Icará II S.A.	6.609	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	2.497	2.284
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	2.165	3.285
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	1.172	-
Central Geradora Eólica Acari S.A.	3.887	2.481
Central Geradora Eólica Arena S.A.	4.122	511
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	3.986	3.342
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	284	-
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	4.328	3.236
Total	55.026	23.122

20. Resultado por ação

	Controladora
Prejuízo do exercício – operações continuadas	(33.725)
Média ponderada de ações ordinárias (milhares)	413.634
Resultado por ação básico e diluído (R\$ por ação)	(0,08)

O cálculo resultado básico e diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído ao detentor de ações ordinárias dividido pela média ponderada de ações ordinárias no exercício.

21. Informação por segmento de negócios

A Companhia e suas controladas possuem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica por meio de seus parques geradores. A Administração da Companhia não se utiliza de segmentação de negócio para alocar os recursos ou analisar o desempenho de sua atividade.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita operacional líquida (Consolidado)

	2025
Partes relacionadas - Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 14)	66.089
Receita de mercado de curto prazo - CCEE	1.146
Suprimento de energia elétrica a terceiros	206.283
Suprimento de energia elétrica - CCEE - receita fixa	129.435
Suprimento de energia elétrica - CCEE - ajustes de ressarcimento (Nota Explicativa nº 7)	(36.480)
Total receita bruta	366.473
(-) Deduções da receita bruta	
PIS	(2.382)
Cofins	(10.994)
Taxa de fiscalização ANEEL	(1.233)
Total das deduções	(14.609)
Total	351.864

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

(i) Ressarcimento

O Contrato de Energia Reserva garante uma receita fixa mensal para o gerador, independentemente da quantidade de energia efetivamente gerada. No entanto, existe um mecanismo de controle de ressarcimento que ajusta a diferença entre a energia contratada e a energia gerada, conforme abaixo.

Ressarcimento de volume de energia gerado versus volume contratual	Preço do ressarcimento sobre a diferença de volume entregue	Pagamento
Geração acima de 130% do volume contratual	70% do preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 100% e 130% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Vinte e quatro parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 90% e 100% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ciclo contratual quadrienal
Geração abaixo de 90% do volume contratual	Preço contratual atualizado + 15%	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual

(ii) Impacto de constrained-off (cortes involuntários de geração)

A Companhia registrou redução em sua receita consolidada no período em análise devido aos impactos do mecanismo conhecido como “constrained-off”. Esse fenômeno ocorre quando a operação de determinadas unidades geradoras é limitada ou interrompida por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em razão de restrições operativas no sistema elétrico, como limitações na capacidade de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições hidrológicas/técnicas específicas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O “constrained-off” resulta na diminuição da geração de energia pelas unidades afetadas, impactando diretamente a receita da Companhia. A partir de 01 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os ativos operacionais, o impacto pela redução na geração se deu conforme a seguir:

	2025	
	MWh (*) (**)	R\$ mil
Complexo Icaraí	48.361	16.384
Complexo Taíba	33.327	11.985
Complexo Amontada	53.397	12.939
Complexo Riachão	104.239	26.441
Total	239.324	67.749

(*) Informação não-financeira não auditada

Lei nº 15.269/2025 – Possibilidade de ressarcimento de curtailment

Em novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (originária da MP nº 1.304/2025), que introduz medidas de modernização do setor elétrico, incluindo a possibilidade de ressarcimento/compensação de valores relacionados a cortes involuntários de geração (curtailment/constrained-off).

Em 31 de dezembro de 2025, o MME abriu a Consulta Pública nº 210/2025 com proposta de termo de compromisso para compensação do constrained-off por razão elétrica e por confiabilidade referente ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025. O tema ainda se encontra pendente de deliberação. A Companhia está avaliando a adesão à repactuação prevista na lei, o que poderá resultar em recebimento, dependendo da regulamentação complementar pela ANEEL e da opção efetivada, estimado em R\$ 40.122 (**). Até 31 de dezembro de 2025, não foi exercida qualquer opção de repactuação, e os saldos foram mantidos conforme as regras vigentes anteriores à lei.

(**) Melhores estimativas, sujeitas a alterações com o cálculo final realizado pelo ONS.

23. Custos de operação (Consolidado)

	2025
Custo com compartilhamento de gastos com pessoal (Nota Explicativa nº 14)	(15.283)
Treinamentos	(131)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(41.224)
Reembolso custos de compartilhamento Subst. e instalação	(248)
Serviços de consultoria em comercialização de energia	(22)
Aluguéis e arrendamentos	(653)
Impostos e taxas	(209)
Frete	(1.582)
Seguros	(1.576)
Ajuste de inventário	(387)
Recuperação de custos relacionado a arbitragem (Nota Explicativa nº 30)	4.695
Outros	(540)
Total (*)	(57.160)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

24. Compra de energia elétrica (Consolidado)

Para o cumprimento dos contratos de venda de energia incentivada, mencionado na Nota Explicativa nº 1 (c), as controladas firmaram contratos de compra de energia elétrica com partes relacionadas e com terceiros, com objetivo de suprir a obrigação contratual de entrega de energia, conforme demonstrado a seguir:

2025	
Compras com a parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	(14.517)
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	(9.860)
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	(11.546)
Total	(35.923)
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	(19.284)
Central Geradora Eólica Arena S.A.	(22.984)
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	(16.434)
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	(11.088)
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	(17.122)
Total	(86.912)
Compras realizadas (Amontada e Riachão)	(122.835)
Total de compras com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	(122.835)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	(86)
Demais compras de energia com terceiros	(20.131)
	(20.217)
Total de compra de energia (*)	(143.052)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1;

Em 2025, houve uma maior necessidade de aquisição de energia elétrica para o cumprimento dos contratos de venda decorrente, principalmente, dos efeitos do *constrained-off* sobre a geração eólica, que reduziram a energia efetivamente disponibilizada, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 15.

25. Encargos de uso da rede elétrica (Consolidado)

Os encargos de uso da rede elétrica referem-se ao Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), pagos mensalmente às concessionárias de transmissão.

Os valores reconhecidos como despesa operacional nos exercícios foram os seguintes:

2025	
Complexo Icarai	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	(1.058)
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	(1.295)
Total	(2.353)
Complexo Taíba	
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	(821)
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	(1.452)
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha	(4.021)
Total	(6.294)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	(1.566)
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	(1.028)
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	(1.138)
Total	(3.732)
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	(1.502)
Central Geradora Eólica Arena S.A.	(1.521)
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	(1.518)
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	(1.383)
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	(1.517)
Total	(7.441)
Total (*)	(19.820)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

O valor do EUST é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado, multiplicado pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), a qual é atualizada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.427/1996, as controladas beneficiam-se de redução de 50% na TUST, em razão da potência injetada no sistema de transmissão ser inferior a 30 MW (*).

(*) Informação não-financeira não auditada

26. Serviços de terceiros (Consolidado)

	2025
Serviços de informática	(35)
Serviços de consultoria	(34)
Serviços de vigilância e limpeza	(675)
Outros serviços de terceiros	(559)
Compartilhamento de despesas (**)	(1.537)
Total (*)	(2.840)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1;

(**) Cobrança de gastos incorridos de maneira centralizada nas controladoras, mas que devem ser compartilhados com as empresas operacionais (Nota Explicativa nº 14).

27. Despesas administrativas (Consolidado)

	2025
Compartilhamento de despesas (Nota Explicativa nº 14) (**)	(245)
Serviços com cartório e taxas judiciais	(215)
Despesas com telefone e comunicação	(68)
Despesas com condomínio	(73)
Outras receitas (despesas) administrativa	214
Total (*)	(387)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1;

(**) Cobrança de gastos incorridos de maneira centralizada nas controladoras, mas que devem ser compartilhados com as empresas operacionais.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro líquido

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira de equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	4.953	15.860
PIS e Cofins s/ receita financeira	(231)	(230)
Ajuste a valor presente licença ambiental de operação	-	32
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 16)	-	1.666
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	-	109
Atualização financeira depósitos judiciais	-	102
Outras receitas financeiras	-	1
Total	4.722	17.540
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures (Nota Explicativa nº 13)	(26.429)	(26.429)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 12)	-	(3.089)
Comissão sobre fiança bancária	(121)	(490)
IOF, taxas e comissões sobre fiança bancária	(124)	(293)
Atualização financeira sobre ressarcimento	-	(4.432)
Atualização financeira sobre fornecedores	-	(31)
Atualização financeira sobre debêntures (Nota Explicativa nº 13)	(63.163)	(63.163)
Ajuste a valor presente sobre passivo de arrendamentos (Nota Explicativa nº 15)	-	(7.312)
Ajuste a valor presente sobre passivo de licença ambiental de operação (Nota Explicativa nº 17)	-	(253)
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 16)	-	(1.590)
Atualização financeira sobre financiamentos - TJLP (Nota Explicativa nº 12)	-	(780)
Atualização financeira sobre ICMS diferido	-	(36)
Atualização financeira sobre ambiental	-	(96)
Custos de captação de financiamentos (Nota Explicativa nº 12)	-	(48)
Custos de captação de debêntures (Nota Explicativa nº 13)	(982)	(982)
Outras despesas financeiras	-	(1.505)
Total	(90.819)	(110.529)
Resultado financeiro líquido (*)	(86.097)	(92.989)

(*) Correspondente ao período entre 1ª de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

29. Imposto de renda e contribuição social

a) Apuração do lucro real

O IRPJ e CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

	Controlada	Consolidado
	2025	2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.725)	(17.746)
Total	(33.725)	(17.746)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(11.467)	(6.034)
Reconciliação para a taxa efetiva:		
Efeito da alíquota do lucro presumido (b)	-	(15.979)
Diferido de prejuízo fiscal não reconhecido	11.467	6.034
Impostos de renda e contribuição social efetiva	-	(15.979)
Composição dos tributos no resultado		
Corrente	-	(15.979)
Total	-	(15.979)
Alíquota efetiva	-	90,04%

b) Apuração do lucro presumido

As controladas que estão no lucro presumido adotam as alíquotas de presunção de imposto de renda à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, conforme a seguir:

	Consolidado
	2025
Efeito do lucro presumido	
Receita bruta (Nota Explicativa nº 22)	366.473
Total receita bruta	366.473
IRPJ	
Alíquota da base	8%
Base de cálculo do IRPJ	29.318
Alíquota nominal	15%
Alíquota adicional	10%
Total IR sobre Receita Bruta	(7.070)
Base receita financeira (regime de caixa)	14.505
Outras receitas	57
Alíquota nominal	15%
Alíquota adicional	10%
Total IR sobre Receita financeira	(3.640)
Total final IR a pagar	(10.710)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Efeito do lucro presumido		Consolidado 2025
Total receita bruta		366.473
CSLL		
Alíquota da base	12%	-
Base de cálculo da CSLL		43.977
Alíquota	9%	(3.958)
Total CSLL sobre Receita Bruta		(3.958)
Base receita financeira (regime de caixa)		14.505
Outras receitas		57
Alíquota	9%	(1.311)
Total CSLL sobre Receita financeira		(1.311)
Total final CSLL a pagar		(5.269)
Total final IR/CSLL a pagar - Lucro presumido (Controladas) (*)		(15.979)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, a partir do qual a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

30. Provisões para contingências (Consolidado)

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia ou suas controladas. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Controladora

Na Controladora, não há contingências classificadas com probabilidade de perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2025.

Consolidado

a) Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	2025	
			Quant.	Valor em R\$
Ações promovidas pelas controladas para instituição da servidão administrativa vinculadas à passagem da linha de transmissão	Imobiliário	Judicial	4	R\$ 5.955
Auto de infração ambiental	Ambiental	Administrativo	5	R\$ 666
Total				R\$ 6.621

Movimentação dos processos com probabilidade de perda classificada como provável

	2025
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição de participação societária - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	R\$ 6.176
Atualização financeira registrada no ativo intangível (*)	R\$ 445
Saldo no final do exercício	R\$ 6.621

(*) Contingências relacionadas com direitos de passagem de linha de transmissão, por isso, as contrapartidas são registradas no ativo intangível.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço consolidado, conforme demonstrado acima, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas são parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, avaliou e classificou que as chances de perda são possíveis devido a uma base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

A seguir as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro de 2025:

Consolidado

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	2025	
			Quant.	Valor em R\$
Impugnação contra cobrança de ISSQN sobre serviço tomado (a)	Tributário	Administrativa	25	R\$ 42.362
Ação de indenização por alegados danos decorrentes de encargos logísticos	Cível	Judicial	1	R\$ 43
Ação de indenização por alegados danos relacionados a ruídos	Cível	Judicial	28	R\$ 6.094
Procedimento arbitral – Pedido contraposto (b)	Arbitragem	Arbitragem	-	-
Ações judiciais com associações setoriais, questionando cobranças do setor elétrico	Regulatório	Judicial	4	Sem valor atribuído (*)
Auto de infração por alegadas não-conformidades relacionadas ao evento “apagão” de 15/08/2024	Regulatório	Administrativa	5	R\$ 1.288
Reclamação trabalhista em que é pleiteado o pagamento de adicional de periculosidade	Trabalhista	Judicial	1	R\$ 368
Auto de infração ambiental	Ambiental	Judicial e Administrativo	4	R\$ 69
Ações envolvendo indenizações decorrentes da passagem de linha de transmissão	Imobiliário	Judicial	9	R\$ 13.694
Ações promovidas pelas controladas para instituição de servidão administrativa para passagem da Linha de Transmissão	Imobiliário	Judicial	8	R\$ 5.472

(*) Sem valores envolvidos;

(a) Em 07 de janeiro de 2025, as controladas Ilha Grande, Icaraí I, Icaraí II, Palmas e Ribeirão ajuizaram Ação Declaratória cumulada com Obrigação de Fazer em face da Prefeitura Municipal de Amontada/CE.

A ação objetiva o reconhecimento da prescrição de créditos tributários referentes a autos de infração nº 05/2014, 06/2014, 07/2014, 08/2014 e 09/2014, lavrados em 2014, os quais questionam a exclusão de determinados valores da base de cálculo do ISS incidentes sobre aquisições de maquinário para implantação dos parques eólicos.

Conforme alegado na inicial, houve inércia da municipalidade por mais de cinco anos desde a constituição definitiva do crédito, ocorrida em 9 de agosto de 2019, sem o ajuizamento de execução fiscal. Assim, amparadas pelo art. 174 do Código Tributário Nacional, as empresas requerem a extinção dos créditos tributários e o afastamento de quaisquer restrições fiscais indevidas, inclusive com pedido de tutela provisória de urgência.

A Administração entende que a probabilidade de êxito da demanda é possível e acompanha o processo com assessoria jurídica especializada.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(b) Recebimento de indenização em discussão arbitral

Em 27 de abril de 2020, as empresas controladas, em conjunto com outras do Grupo Ibitu, iniciaram um procedimento arbitral contra um fornecedor, buscando o pagamento de danos, multas e indenizações, em montante superior ao da demanda contraposta. Em 17 de junho de 2025, o Tribunal Arbitral proferiu sentença favorável, resultando no recebimento final de indenização, pelas controladas, de R\$ 13.048. Em 23 de setembro de 2025, as seguintes controladas receberam o valor acordado no processo:

Controlada	Montante recebido
Ilha Grande	R\$ 3.393
Palmas	R\$ 5.480
Anemoi	R\$ 4.175
Total	R\$ 13.048

Adicionalmente, foram estornadas faturas com o fornecedor no valor total de R\$ 4.695 (Nota Explicativa nº 23).

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota. A ocorrência de qualquer um dos riscos adiante poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Riscos e Compliance.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

i) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia é administrado pela controladora, sendo que o risco de inadimplência impacta as receitas das usinas.

Para 31 de dezembro de 2025, o risco de crédito da Companhia e de suas controladas relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse contexto, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia das usinas das investidas será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. No entanto, a Companhia e suas controladas não esperam nenhuma perda decorrente de inadimplência.

ii) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da variabilidade natural dos ventos, que pode reduzir a geração de energia abaixo do volume contratado, impactando receitas e eventualmente gerando obrigações de ressarcimento no ACR. A Companhia e suas controladas mitigam esse risco por meio de contratos de longo prazo com energia assegurada ajustada e monitoramento contínuo da performance eólica.

iii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia ou por suas controladas é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Controladora			
	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano - até 31 de dezembro de 2026	Entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2030	Após 2030
Fornecedores	41	41	-	-
Debêntures	825.013	36.521	150.599	637.893
Total	825.054	36.562	150.599	637.893

	Consolidado			
	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2026	Entre um e dois anos 1º de janeiro de 2027 até dezembro de 2030	Após 2030
Fornecedores	39.934	37.059	2.875	-
Empréstimos e financiamentos	894	292	602	-
Debêntures	825.013	36.521	150.599	637.893
Arrendamentos	51.471	5.155	14.380	31.936
Licenças ambientais de instalação e operação	3.678	1.593	-	2.085
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	104.478	-	104.478	-
Total	1.025.468	80.620	272.934	671.914

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui operações de risco sacado.

iv) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento contratado pela Companhia e suas controladas, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros e encargos conforme divulgados nas Notas Explicativas nºs 12 e 13.

v) Estimativa do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em transação não forçada entre participantes de mercado na data de mensuração.

Os saldos contábeis de contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e arrendamentos aproximam-se substancialmente dos valores justos, em razão de seus prazos curtos ou indexação a taxas de mercado. Não é necessária divulgação adicional de estimativas de valor justo.

vi) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com o objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos hipotéticos, não significando que as transações alcançarão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Instrumento financeiro	Saldo em 31/12/2025	Cenário atual %	Cenário provável % ¹	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
						Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Aumento do IPCA	Conta Ressarcimento de energia a pagar – CCEE	103.767	4,26%	4,26%	108.187	109.293	110.398
Aumento do IPCA	Empréstimos e financiamentos	894	9,19%	9,07%	975	995	1.016
Aumento do CDI	Debêntures	580.000	14,34%	14,32%	663.056	683.820	704.584
Aumento do IPCA	Debêntures	240.000	4,26%	4,26%	250.224	252.780	255.336
Diminuição do CDI	Aplicações financeiras e cauções e depósitos vinculados	181.010	14,34%	14,32%	206.931	200.450	193.970

¹ Cenário provável representa as estimativas previstas no relatório Focus do Banco Central do Brasil;

vii) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		
	31/12/2025	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Conta corrente (caixa e equivalentes de caixa)	25	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	1.062	1	Valor justo por meio do resultado
Dividendos a receber	13.513	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	44.901	-	Custo amortizado
Total	59.501		
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	67.697	2	Valor justo por meio do resultado
Total	67.697		
Total ativos financeiros	127.198		
Passivos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Fornecedores	41	-	Custo amortizado
Debêntures	36.521	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	13.048	-	Custo amortizado
Total	49.610		
Não circulante			
Debêntures	788.492	-	Custo amortizado
Total	788.492		
Total passivos financeiros	838.102		

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		
	2025	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Caixa e contas- correntes (caixas e equivalentes de caixa)	194	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	113.119	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	32.013	-	Custo amortizado
Conta ressarcimento de energia a receber - CCEE	163	-	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	791	-	Custo amortizado
Despesas pagas antecipadamente	497	-	Custo amortizado
Total	146.777		
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	67.697	2	Valor justo por meio do resultado
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	548	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	9.061	-	Custo amortizado
Total	77.306		
Total ativos financeiros	224.083		
Passivos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Fornecedores	37.059	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	292	-	Custo amortizado
Debêntures	36.521	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar	23.122	-	Custo amortizado
Arrendamentos	5.155	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	1.593	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	13.048	-	Custo amortizado
Total	116.790		
Não circulante			
Fornecedores	2.875	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	602	-	Custo amortizado
Debêntures	788.492	-	Custo amortizado
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	104.478	-	Custo amortizado
Arrendamentos	46.316	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	2.085	-	Custo amortizado
Total	944.848		
Total passivos financeiros	1.061.638		

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável: Nível 1 (cotações em mercados ativos) e Nível 2 (entradas observáveis).

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

viii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	1.087	113.313
Total	1.087	113.313

ix) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

x) Riscos regulatórios

A atividade das controladas está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL. Alterações no arcabouço regulatório, nos procedimentos operativos ou nas diretrizes de planejamento e operação do sistema elétrico podem impactar de forma relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia identifica o *constrained-off* como um dos principais riscos regulatórios, operacionais e financeiros atualmente observados no setor. O *constrained-off* decorre de determinações do ONS, que restringe a geração das usinas em função de limitações estruturais do sistema, tais como insuficiência de capacidade de escoamento da transmissão, condições operativas específicas, critérios de confiabilidade e segurança do sistema.

A recorrência do *constrained-off* tem gerado discussões no âmbito regulatório e institucional, com reflexos diretos sobre a previsibilidade de receitas dos empreendimentos de geração e sobre a percepção de risco do mercado, influenciando decisões de investimento, financiamento e estruturação contratual. Movimentos em curso se encontram em fase de deliberação, sem garantia de solução definitiva ou uniforme para todos os agentes.

O risco associado ao *constrained-off* é monitorado continuamente pela Companhia por meio da análise das condições de operação do sistema elétrico, acompanhamento dos relatórios e comunicados do ONS, avaliação das projeções de despacho e do planejamento da expansão da transmissão, bem como do acompanhamento da evolução regulatória junto à ANEEL e demais órgãos setoriais.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia e suas controladas são auxiliadas por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

A Controladora da Companhia, Ibitu Energia, detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and Officers*) que abrange todas as companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Consolidado

Itens/Bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura (R\$)	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas / danos elétricos e outros.	100.000	até 07/04/2026
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - operações amplas	10.000	até 07/04/2026
D&O	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	120.000	até 10/05/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

33. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

a) Saldos adquiridos com a aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis

	Saldos da aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis	Variação	Saldo em 31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	80.343	32.970	113.313
Contas a receber de clientes	27.334	4.679	32.013
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	354	357	711
Impostos e contribuições a recuperar	37	607	644
Cauções e depósitos vinculados	88.748	(21.051)	67.697
Estoque	3.738	(921)	2.817
Adiantamentos a fornecedores	774	17	791
Despesas pagas antecipadamente	205	292	497
Partes relacionadas	23	9.038	9.061
Ativo não circulante disponível para venda	1.995.305	(1.995.305)	-
Imobilizado	868.528	(41.800)	826.728
Ativo direito de uso	49.554	(3.933)	45.621
Intangível	142.440	(5.718)	136.722
Total	3.257.383	(2.020.768)	1.236.615
Fornecedores	(23.704)	(16.230)	(39.934)
Empréstimos e financiamentos	(294.983)	294.089	(894)
Debêntures	-	(825.013)	(825.013)
Impostos e contribuições a recolher	(2.843)	(4.618)	(7.461)
Partes relacionadas	-	(13.048)	(13.048)
Conta Ressarcimento de energia a pagar - CCEE	(63.209)	(41.269)	(104.478)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos da aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis	Variação	Saldo em 31/12/2025
Dividendos a pagar	-	(23.122)	(23.122)
Passivo não circulante disponível para venda	(1.394.349)	1.394.349	-
Arrendamentos	(51.024)	(447)	(51.471)
Licenças ambientais de instalação e operação	(3.319)	(359)	(3.678)
Provisões para contingências	(6.176)	(445)	(6.621)
Provisões para desmantelamento	(5.528)	76	(5.452)
Capital social	(1.412.265)	1.194.829	(217.436)
Prejuízos acumulados	17	61.976	61.993
Total	(3.257.383)	2.020.768	(1.236.615)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Transações não caixa – Controladora – Atividades financeiras

	01/01/2025	Fluxo de caixa					Alterações não caixa				Total 31/12/2025
		Captação de recursos	Pagamento de principal e juros	Redução de capital	Constituição de capital	Aumento de capital com AFAC	Aumento de capital com investimento Ibitu Renováveis	Cisão Ibitu Renováveis	Apropriação	Encargos	
Debêntures	-	820.000	(65.902)	-	-	-	-	-	44.486	26.429	825.013
Capital social	-	-	-	(548.049)	100	326	1.412.784	(647.725)	-	-	217.436
Total	-	820.000	(65.902)	(548.049)	100	326	1.412.784	(647.725)	44.486	26.429	1.042.449

c) Transações não caixa – Consolidado – Atividades financeiras

	28/02/2025	Fluxo de caixa		Alterações não caixa		31/12/2025
		Captação de recursos	Pagamento de principal e juros	Apropriações	Encargos	
Empréstimos e financiamentos	-	820.000	(65.902)	44.486	26.429	825.013
Debêntures	294.984	-	(299.904)	2.725	3.089	894
Total	294.984	820.000	(365.806)	47.211	29.518	825.907

34. Obrigações contratuais

As controladas possuem compromissos contratuais futuros, ainda não incorridos e, portanto, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, relacionados principalmente à aquisição de energia elétrica, encargos pelo uso da rede elétrica e serviços de operação e manutenção. Esses compromissos, essenciais para a continuidade das atividades operacionais, são formalizados em contratos que especificam valores, prazos e condições. Os detalhes desses compromissos estão apresentados a seguir, atualizados pelas respectivas taxas contratuais na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção de índices de correção, e não estão ajustados a valor presente:

	Consolidado						
	2025						
	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Compra de energia elétrica	25.035	25.035	25.104	25.035	25.035	92.274	217.518
Encargos de uso do sistema de transmissão de energia	24.965	24.965	24.965	24.965	24.965	359.586	484.411
Materiais e serviços	32.112	32.112	23.527	18.235	18.235	227.459	351.680
Total	82.112	82.112	73.596	68.235	68.235	679.319	1.053.609

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

35. Eventos subsequentes

Em 9 de fevereiro de 2026, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias em subsidiárias da Companhia, nas quais foram aprovadas reduções de capital social por considerá-los excessivos em relação aos respectivos objetos sociais. Cada redução foi realizada mediante o cancelamento de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Os valores aprovados estão demonstrados a seguir:

Subsidiária	Valor da Redução de Capital (em reais)	Número de Ações Canceladas
Colônia	11.780.000,00	11.780.000
Andorinha	3.250.000,00	3.250.000
Icaraí I	1.360.000,00	1.360.000
Icaraí II	4.380.000,00	4.380.000
Ilha Grande	3.610.000,00	3.610.000
Palmas	1.700.000,00	1.700.000
Acari	510.000,00	510.000
Arena	7.180.000,00	7.180.000
Apelotes	5.060.000,00	5.060.000
Anemoi	3.300.000,00	3.300.000
Albuquerque	840.000,00	840.000
Total	42.970.000,00	42.970.000

Nos termos do § 1º do art. 174 da Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), a redução de capital de cada subsidiária somente se tornará eficaz após o decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da ata da assembleia que a aprovou, desde que não haja oposição de credores quirografários e observadas as demais formalidades legais.

Uma vez efetivadas as reduções, o montante total de R\$ 42.970 será restituído à Companhia, na qualidade de acionista controladora, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora (método de equivalência patrimonial), essas operações resultarão na redução do saldo da conta "Investimentos" e no correspondente aumento do ativo circulante (partes relacionadas e, posteriormente, caixa e equivalentes de caixa).
